

**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CLENAIR POLL**

**OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, A PRÁTICA DO ATO  
INFRACIONAL E A RELAÇÃO COM AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

**São Borja  
2014**

**CLENAIR POLL**

**OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, A PRÁTICA DO ATO  
INFRACIONAL E A RELAÇÃO COM AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Doutora Adriana Hartemink  
Cantini

**São Borja**

**2014**

**CLENAIR POLL**

**OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, A PRÁTICA DO ATO  
INFRAACIONAL E A RELAÇÃO COM AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

Pesquisa como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30 de janeiro de 2015.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Doutora Adriana Hartemink Cantini  
Orientadora  
UNIPAMPA

---

Prof<sup>a</sup>. Doutora Jaina Raqueli Pedersen  
UNIPAMPA

---

Prof. Doutor Jorge Alexandre da Silva  
UNIPAMPA

## Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que me acompanharam esta etapa. Em especial, ao amigo de infância Toninho, companheiro em todas as horas. No apoio incondicional a toda essa etapa de um sonho realizado. Ao tesouro que DEUS me proporcionou nessa vida, meus amados filhos, Lisian, Diego, Raysa e Lauren, embora, sentirem a minha ausência como mãe “normal”, tentaram de uma ou outra forma compreender, o significado dessa realização em minha vida. Obrigada!

## Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.  
Afinal, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele?

Agradeço de coração aos meus pais, que mesmo ausentes dessa vida, iluminaram de maneira especial os meus pensamentos, não deixando morrer em mim a vontade de buscar mais conhecimentos. E a quem eu rogo todas as noites a existência.

Agradeço também ao meu amigo de infância, “hoje mais que amigo”, companheiro de todas as horas, Antonio, que de forma especial, me deu força e coragem, apoiando nos momentos de dificuldades e na vivência os diálogos que culminaram em aprendizagem pela troca de saberes sobre as disciplinas de formação.

Agradeço a toda minha família que me apoiou, nesta etapa de vida, em especial meus filhos, Lisian, Raysa, Diego e Lauren, a qual partilhei momentos de aprendizagem e novos pensamentos em uma nova etapa de vida.

Agradeço a assistente social, orientadora de campo, Maria Camila Guimarães no empenho em me transmitir saberes necessários à minha formação acadêmica. Agradeço a professora Adriana pela orientação e incentivo que tornou possível este Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço a coordenadora de Estágio, professora Jaina Pedersen, pelo convívio, apoio, compreensão e amizade. Agradeço ao professor José Wesley, pelos exemplos utilizados nas disciplinas, que em muito me ajudaram na hora da escrita desse TCC.

Agradeço a todos os professores do curso, que fizeram sua parte no desenvolvimento da minha formação, nomeio como exemplo o professor Jorge Silva, que desempenharam importante função na minha formação acadêmica e no desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço também aos colegas da VI Turma de Serviço Social, pela amizade, incentivo e o apoio constantes.

“Cada coisa, a seu tempo, têm seu tempo.  
Não florescem no inverno os arvoredos, nem pela  
primavera, tem brancos frios, os campos”.

Ricardo Reis (heterónimo de Fernando Pessoa)

## RESUMO

Esta pesquisa buscou estabelecer a relação entre as expressões da questão social e a prática do ato infracional, dos adolescentes em conflito com a lei do município de São Borja. Foram analisados 32 casos de adolescentes acompanhados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social no cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida. A fim de fazer uma análise dos casos, no decorrer do estudo, foi abordada acerca do processo originário da questão social no mundo e no Brasil, a evolução histórica da legislação de responsabilização do adolescente em conflito com a lei, considerando o surgimento da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, estabelecendo a relação da prática do ato infracional com as expressões da questão social. Ao traçar o perfil social e econômico dos adolescentes em conflito com a lei do município, identificou-se o processo precário de inclusão na vida social, como a categoria de maior influência à prática do ato infracional. Na busca por desvendar as políticas públicas direcionadas aos adolescentes em conflito com a lei no município de São Borja, observou-se a priorização no atendimento ao cumprimento da medida socioeducativa e a responsabilização, sendo que, a política pública que deveria dar vistas a sua socialização é falha. Revelou-se a partir daí, a capacidade parcial de atendimento do sistema, porque o atendimento é em grande parte direcionado para o cumprimento da medida socioeducativa, sem resolução no sentido da reincidência e o serviço da rede de apoio das outras políticas públicas que trabalham de forma individualizada o que torna o serviço falho. Entre os serviços prestados no Centro Referência Especializado em Assistência Social, encontram-se lacunas que buscam ser solucionadas pelos profissionais que trabalham no sistema de proteção social, tais como a busca permanente de soluções para o aumento dos casos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que dependem de políticas públicas que trabalhem coesas em um processo de inclusão, haja vista o processo precário de inclusão na vida social, como a evasão escolar, a exclusão do mercado de trabalho, saúde, entre outros. O trabalho termina abordando, o serviço social e a função exercida pelo profissional assistente social em relação às medidas socioeducativas, fazendo uma abordagem sobre a expressão da questão social como objeto de intervenção profissional. A intenção desse relato de pesquisa é oferecer subsídios que contribuam para a formulação de ações de políticas públicas desenvolvidas pelo serviço que visem à socialização do adolescente em conflito com a lei e quiçá a diminuição do índice do cumprimento de medidas socioeducativas no município.

Palavras-Chave: Adolescentes; Medidas Socioeducativas; Expressões da Questão Social; Ato Infracional.

## ABSTRACT

This research sought to establish the relationship between the expressions of social issues and the practice of the violation, of adolescents in conflict with the law in São Borja. We analyzed 32 cases of adolescents followed by Specialized Reference Center on Social Assistance in the fulfillment of Educational Measures to Provide Service to the Community and Probation. In order to make an analysis of care during the study was approached about the process originating the social issues in the world and in Brazil, the historical evolution of adolescents accountability legislation in conflict with the law, also considering the emergence of Federal Constitution of 1988, The Child's Status and the Adolescents, The National System of Social and Educational Care, establishing the relationship of the practice of the violation with the terms of the social question. To trace the social and economic profile of adolescents in conflict with the municipal law identified the precarious process of inclusion in social life, as the category of greater influence on practice of offense. In seeking to unravel public policies directed at adolescents in conflict with the law in São Borja, noted prioritization in serving the fulfillment of socio – educational measures and accountability, and the public policy that should give their views socialization is flawed. Revealed from there, the partial capacity system of care, because the service is largely directed to the fulfillment of socio – educational measures, without resolution to the recurrence and the service support network of other public policies that work individually which makes the flawed service. Among the services provided in the Center Specialized Reference in Social Assistance, is seeking gaps be addressed by professionals working in the social protection system, such as the ongoing search for solutions to the increase in cases of adolescents in fulfillment of educational measures that rely on public policies that work in a cohesive process of inclusion, considering the precarious process of inclusion in social life, such as truancy, exclusion from the labor market, health, among others. The research ends addressing the social service and the function performed by professional social worker in relation to educational measures, making approach to the expression of the social question as a professional intervention object. The intention of this research report is to offer subsidies that contribute to the formulation of public policy measures adopted by the service aimed at adolescent socialization will in conflict with the law and perhaps the decrease of the index fulfillment of educational measures in the city.

Key Words: Adolescents; Educational Measures; Expression of the Social Question; Offense.



## LISTA DE SIGLAS

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes

CREAS- Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e Adolescente

ESF- Estratégia de Saúde da família

LOAS- Lei orgânica da Assistência social

PNAS- Política Nacional da Assistência Social

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso Ensino Técnico e Emprego

UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

SIPPEE- Sistema de Informação de Projetos e Pesquisas e Extensão da Universidade Federal do Pampa.

FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ADL- Adolescentes

LA- Liberdade Assistida

MSE- Medidas socioeducativas

PSC- Prestação de Serviço à Comunidade

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1- Adolescentes pesquisados.....	41
Gráfico 2- Adolescentes por gênero.....	42
Gráfico 3- Idade dos adolescentes em Liberdade Assistida.....	43
Gráfico 4-Idade dos adolescentes em Prestação de Serviço à Comunidade.....	43
Gráfico 5- Tipos de atos infracionais identificados .....	44
Gráfico 6- Evasão Escolar.....	45
Gráfico 7- Inserção no Mundo do Trabalho.....	45
Gráfico 8- Renda Familiar.....	46
Gráfico 9- Número de pessoas na família.....	47
Gráfico 10- Grau de escolaridade.....	48

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A QUESTÃO SOCIAL E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.....	16
2.1 O processo originário da questão social .....	16
2.2 A desigualdade social no Brasil e a influência na luta pelos direitos sociais.....	19
2.3 Os adolescentes em conflito com a lei e a evolução histórica da legislação.....	23
3 O PERCURSO DA METODOLOGIA DE PESQUISA.....	31
3.1 O método da pesquisa.....	32
3.2 O universo e seleção dos sujeitos.....	33
3.3 Os procedimentos e técnicas.....	34
3.4 A análise e interpretação de dados.....	35
3.5 Cuidados éticos.....	36
4 OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A RELAÇÃO DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL COM AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	37
4.1 As expressões da questão social e a relação na prática do ato infracional.....	37
4.2 Os adolescentes em conflito com a lei do município de São Borja.....	40
4.3 A política das medidas sócio educativas no C.R.E.A.S. Renascer.....	51
4.4 O Serviço Social e o assistente social no atendimento das M.S.E. do C.R.E.A.S.....	55
4.4.1 As expressões da questão social como objeto de intervenção profissional.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62-64
REFERÊNCIAS.....	65-68
APÊNDICE A.....	69
APÊNDICE B.....	70-71

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da prática do ato infracional cometido por adolescentes do município de São Borja e a relação com as expressões da questão social. O envolvimento com o tema e a ação de pesquisar os dados sobre o referido assunto instiga a pesquisadora desde seu ingresso como acadêmica na instituição de ensino UNIPAMPA ( Universidade Federal do Pampa) e como estagiária na instituição C.R.E.A.S. ( Centro de Referência Especializados em Assistência Social) Renascer de São Borja, onde percebeu a importância de refletir sobre a legislação de proteção e responsabilização aos adolescentes que praticam o ato infracional, considerando a atuação dos profissionais que recebem os adolescentes para o cumprimento das medidas socioeducativas, no intuito de que possam desenvolver reflexões de senso crítico a respeito da medidas socioeducativas.

Conforme verifica se a partir da análise da prática do ato infracional por adolescentes e a relação com as expressões da questão social, observa se [...] *a desigualdade da sociedade capitalista madura, um dos cenários em que se insere o Serviço Social, sendo as expressões da questão social, o objeto de trabalho do cotidiano do assistente social*[...] (IAMAMOTO, 2007, p. 29, grifo nosso). Fica explícito que as demandas surgidas a partir desse conjunto de desigualdades, são os processos de trabalho, nos quais os assistentes sociais se inserem desde o estágio curricular supervisionado.

Considerando as leituras e discussões em artigos científicos e obras literárias sobre a pratica do ato infracional de adolescentes chegou se ao problema: Qual a relação entre a prática do ato infracional com as expressões da questão social presentes no cotidiano dos adolescentes que cumprem medidas de Liberdade Assistida (L.A) e Prestação de Serviço à Comunidade (P.S.C), em acompanhamento pelo C.R.E.A.S Renascer de São Borja?

Na construção de elementos que pudessem contribuir para a compreensão relativa da temática criando outras discussões. O trabalho apresentado teve como objetivo geral: Analisar a relação entre a prática do ato infracional com as expressões da questão social presente no cotidiano dos adolescentes a fim de oferecer subsídios que contribuam nos processos de conhecimento e intervenção realizados pelos profissionais responsáveis pelo planejamento e operacionalização do cumprimento das medidas socioeducativas.

A partir de então os objetivos específicos foram traçados, visando: a) Identificar as expressões da questão social presentes no cotidiano de vida dos adolescentes em conflito com a lei, na tentativa de reconhecer, se existe elo com a prática do ato infracional; b) Analisar se as medidas socioeducativas aplicadas permitem que ocorra a socialização do adolescente em conflito com a lei; c) Identificar as ações desenvolvidas pelo C.R.E.A.S. Renascer, no acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no município de São Borja.

A partir do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e da Constituição Federal de 1988, os adolescentes em conflito com a lei, passaram a ser considerados sujeitos de direitos e suas demandas passam ser reconhecidas. A pesquisa busca visualizar as políticas de atendimento e as ações de políticas públicas que visam a socioeducação, direcionadas aos adolescentes que praticam o ato infracional.

No desvendamento das ações desenvolvidas pelo serviço oferecido pelo C.R.E.A.S. e as políticas públicas locais, utilizadas pelo sistema de proteção das M.S.E. (medidas socioeducativas), pela SINASE<sup>1</sup>, estabelecida pela Lei 12 594 de 18 de janeiro de 2012 e Estatuto da Criança e do Adolescente, observou se as políticas públicas locais para a inclusão dos adolescentes na sociedade.

Pela presente pesquisa pretende se oferecer subsídios que possam contribuir nos processos de conhecimentos e intervenções realizados pelos profissionais responsáveis pelo planejamento e operacionalização dos serviços das medidas socioeducativas no C.R.E.A.S. Renascer<sup>2</sup>. Para tanto buscou se desvendar, as expressões da questão social presentes no

---

<sup>1</sup>Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (S.I.N.A.S.E.), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratica o ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

<sup>2</sup>O CREAS Renascer, é a unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de São Borja. No qual no decorrer do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, pode se verificar que o Serviço Social e equipe prestam cinco serviços para atendimento a diversas demandas relacionadas a situações de violência, presta apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Dentre estes destaca-se, os serviços prestados no setor das medidas socioeducativas. (Fonte: Relatório Final de Estágio no CREAS Renascer, 2014)

cotidiano dos adolescentes em conflito com a lei do município de São Borja e que contribuem no cometimento do ato infracional.

O primeiro capítulo da pesquisa aborda a questão social e suas implicações na vida da sociedade em geral, o processo histórico da questão social no mundo e no Brasil. A evolução histórica da legislação de responsabilização dos adolescentes que praticam o ato contra a lei.

O segundo capítulo faz uma abordagem sobre adolescentes que cometem o ato infracional no município de São Borja e a relação das expressões da questão social com a prática do ato infracional, trazendo ainda a visão sobre os adolescentes em conflito com a lei e suas reações ao cumprimento das medidas socioeducativas.

O terceiro capítulo aborda sobre o atendimento dos adolescentes na política que vise as medidas socioeducativas no C.R.E.A.S. Renascer, o Serviço Social e o profissional assistente social nos serviços de acompanhamento da aplicação das medidas socioeducativas e a expressão da questão social como objeto de intervenção profissional.

Neste sentido o presente estudo, de caráter exploratório, faz uma abordagem qualitativa da temática, não tendo como pretensão difundir estatísticas, apenas mostrar a realidade da relação, à cerca da perspectiva da garantia de direitos, visando o desvendamento do fenômeno da prática do ato infracional pelos adolescentes, na cidade de São Borja.

Os dados existentes sobre os adolescentes em cumprimento de M.S.E. e acompanhados pelo C.R.E.A.S., datam de 2014, sendo um diagnóstico baseado nas M.S.E. dos últimos quatro anos, (julho de 2011 a julho de 2014), organizado após o estágio da acadêmica no setor e diante da percepção da crescente demanda em relação às medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes do município. No desenvolver do trabalho surgiram como categorias explicativas da realidade dos adolescentes do município, os processos de inclusão precário na vida social; as medidas socioeducativas; as expressões da questão social; o adolescente; e o ato infracional.

## 2 A QUESTÃO SOCIAL E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Este capítulo traz uma abordagem sobre o processo de origem da questão social no mundo e seu reconhecimento tardio no Brasil, trazendo também aspectos da evolução histórica da legislação sobre os adolescentes em conflito com a lei até a elaboração da Constituição de 1988, a criação do E.C.A. em 1990, do S.I.N.A.S.E. e as M.S.E, a partir de então, sujeitos a proteção integral e a responsabilização de seus atos pela socioeducação. Traz a abordagem acerca da concepção de adolescentes que praticam o ato infracional. Inclui a trajetória do início do século XIX, passando por um longo caminho de transformações sociais, políticas e legislativas até chegar ao século XX, quando a lei dá um salto de qualidade do ponto de vista do reconhecimento de direitos a todos os cidadãos.

### 2.1 O Processo Originário da Questão Social

É importante compreender que a questão social<sup>3</sup>, decorre do conflito capital versus trabalho, originaram as primeiras lutas sociais dos trabalhadores, oriunda, desde a formação contraditória da sociedade. O modo de produção capitalista<sup>4</sup>, gerou a desigualdade social influenciando o modo de vida das pessoas, pelas mais diferentes expressões da questão social. Segundo Yamamoto,

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca essa sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade. (Yamamoto, 2010, p.109)

A desigualdade social, geradora de diferentes expressões da questão social, entre elas, a prática do ato infracional, derivam dos processos de inclusão precária na vida social e levam

---

<sup>3</sup>A questão social “deve ser entendida como conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que se geram com o surgimento da classe operária dentro da sociedade capitalista (PASTORINI, 2010, p. 107).

<sup>4</sup>Modo de produção capitalista consiste na produção de mercadorias com vista ao lucro. A procura do lucro é imposta pela concorrência. Toda a empresa que não realize um lucro suficiente acumulará menos capital, terá um acesso difícil e mais caro ao crédito, será por consequência afastada na corrida à tecnologia mais moderna e perderá por esse facto mercados em proveito dos seus concorrentes. (Mandel,1981, p.4)



os adolescentes a estar em cumprimento de medidas socioeducativas e em acompanhamento no CREAS Renascer. Segundo Castel, (1995) apud Wanderley (2008,p.28),

Eis dois exemplos de *excluídos*, mas poder-se-ia multiplicá-los. O que eles têm em comum? Um trabalhou e foi socializado pelo trabalho; o outro jamais conheceu um trabalho regular, suas opressões e suas solidariedades. O desempregado de longa duração sufocado pelo peso de uma vida pelo peso de uma vida puramente privada e o jovem inativo que lança sua vida ao vento[...]. (Castel,1995 apud Wanderley (2008, p.28).

Segundo Pastorini (2010, p. 107), a questão social “deve ser entendida como conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que se geram com o surgimento da classe operária dentro da sociedade capitalista, construída desde a formação contraditória da sociedade<sup>5</sup>, a partir do modo de produção capitalista gera a desigualdade, influencia a vida das pessoas, pelas mais diferentes expressões da questão social. Segundo Yasbeck (2001, p. 36), está em curso “ [...] uma forma despolarizada de abordagem da questão social, da pobreza e da exclusão social fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos efetivos interesses em jogo”. Em outras palavras, a questão social que deve e necessita ser tratada como uma questão política, passa a ser vista a partir de referenciais morais, com um forte apelo à filantropia custeado pela iniciativa privada, com um caráter público de direitos sociais da população demandante políticas de proteção social.

Segundo, Netto (2001), o processo de industrialização que teve seu início no século XIX, corroborou com o conflito capital versus o trabalho. Esse conflito gerado pelas diversas transformações econômicas, sociais e políticas desencadeados na Europa, foi um dos fatores que determinaram o processo de conscientização de exploração da classe trabalhadora, que aos poucos, perceberam o aumento da pobreza na mesma proporção do desenvolvimento.

A pesquisa parte do pressuposto que a questão social, originada pelo conflito do capital versus o trabalho, pela forma de produção do capital e ainda aguçada pela ambição do lucro gera a desigualdade social, visibilizada no processo de inclusão precária de vida social, causando nas pessoas entre elas, os adolescentes, as mais diferentes formas de reagir a esse

---

<sup>5</sup>Formação Contraditória da Sociedade- O capitalismo, a fim de acumular capital, procura reduzir a parte dos trabalhadores no valor acrescentado, enquanto que estes, a fim de aumentar seu nível de vida, procuram espontaneamente acrescentar esta parte. Assim nasce a luta de classe elementar no seio deste modo de produção. (Mandel, 1981)

processo, o que pode leva-los a tomar atitudes como o ato infracional, que são as expressões determinadas pela questão social. Conforme Iamamoto,

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca essa sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade. (IAMAMOTO, 2010, p.109).

As pessoas apresentam diferentes reações diante das expressões da questão social, e muito mais os adolescentes que estão em idade de formação. Castel (1995), afirma que "(...) podemos compreender que o pauperismo seja o ponto de cristalização da questão social, e representa o dado histórico e inédito do século XIX. "Surge no momento em que a pobreza é vista como problema ou caso de polícia. Período no qual as pessoas eram tratadas como indigentes, em forma de benesses. Com esse processo, a classe trabalhadora começa a se organizar e reivindicar uma série de direitos, através dos sindicatos e partidos políticos que exigem do Estado uma legislação de proteção à classe trabalhadora. Neste sentido,

A "questão social" é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama de nação) existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. (CASTEL, 1995 Apud WANDERLEY, 2008, p.59).

A questão social, geradora de diferentes expressões da questão social, se impacta no subjetivismo<sup>6</sup> desenvolvido pelos seres humanos. Cada pessoa procura resolver suas necessidades a qualquer custo, esquecendo se de encontrar soluções coletivas que atendam os direitos da maioria. Essa é uma regra ditada pela sociedade e em decorrência disso o adolescente pratica o ato infracional sem medir consequências para sua vida. O Estado, deve

---

<sup>6</sup> -Subjetivismo- O subjetivismo atribui a fonte da verdade ao sujeito. Essa doutrina se espalhou pelo mundo no triunfo da Revolução Francesa, transformando o mundo, onde ninguém se entende. Segundo Weber, a nossa existência é permeada de subjetividade ou seja, de diversas relações entre pessoas ou com instituições, objetos, ideias, etc. sobre as quais não temos tanta consciência. Enquanto a proposta da objetividade é a de obter dados "puros", "imparciais", a subjetividade inerente aos seres humanos torna essa tarefa árdua, pois garante que nenhum ser humano seja jamais "imparcial", já que não conseguimos nos descolar da rede de relações sociais que vivemos. "A validade objetiva de todo saber empírico baseia-se única e exclusivamente na ordenação da realidade dada segundo categorias que são subjetivas." (Weber, Max, 1992, p. 152)

prever situações em que o adolescente vítima do sistema, não incorram na prática do ato infracional, como forma de regular a situação de vida na sociedade.

## 2. 2 A desigualdade Social no Brasil e a influência na luta pelos direitos sociais

Historicamente a questão social, no Brasil surge tardiamente, devido à implantação do sistema de monocultura agrícola, com um processo escravagista e pessoas com grandes propriedades de terra. Essa formação contraditória da sociedade no início da formação histórica do Brasil, reflete ainda hoje a desigualdade social vigente, com uma parcela muito grande da sociedade em condições de vida menos abastada em relação aos demais. Incoerentemente,

[...]a natureza colonial-escravista da nossa formação capitalista. Há pouco mais de cem anos, o Brasil era um país escravista, produtor de mercadorias para o mercado mundial. Esta clivagem racial no interior da determinação de classe tenderia a marcar, de modo indelével, a desigualdade social no País (os afrodescendentes constituem o maior contingente de pobres no Brasil). Segue dizendo que, “[...] a promulgação em 1850, antes da Abolição da Escravatura, a Lei de Terra, que declarava que as aquisições de terras públicas só poderiam ocorrer através da compra, ou seja, só poderiam ser adquiridas por aqueles que tivessem condições de pagar por elas. Essa lei ajuda a entender porque o Brasil possui, por um lado, uma perversa concentração de terras, em parte constituída por latifúndios improdutivos, e por outro lado, uma grande massa de excluídos, os trabalhadores rurais sem terra”. (ALVES,2007. p. 261)

Segundo Prado Junior (1933 p.66) no século XIX, começam as lutas por condições melhores de vida e trabalho, através de reivindicações dos movimentos sociais, controlados pelo poder central. Santos afirma (2012) na década de 1930, parcelas da população do campo são atraídas para centro urbanos em formação, “iniciando o intenso processo de exploração da força de trabalho pela formação do excedente de mão de obra”. Com isso o Estado inicia a reconhecer a questão social como realidade e problema político. Que pelo Pós-Guerra e a Industrialização e a decisão do poder público em investir nas finanças e expansão da economia, levam ao aumento da desigualdade e pobreza,

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é uma expressão de uma história de auto alienação humana. [...] Esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz à potencialização da exploração do trabalho a sua invisibilidade e radicalização do séquito de suas desigualdades e lutas contra elas, consubstanciadas na *questão social*, [...]. (IAMAMOTO, 2010, p.48-49, grifo do autor).

Com a desigualdade crescente e as exigências dos movimentos sociais, o Estado se vê forçado, a garantir direitos e controlar as massas, iniciar o sistema de proteção social básico, na criação da legislação trabalhista, dos institutos de aposentadorias, pensões e própria da

Consolidação Leis trabalhista (CLT), dando início ao denominado Estado de Bem Estar Social, em resposta à questão social.

Ainda que no,

[...] início da industrialização se consolida a legislação trabalhista/corporativista, *os trabalhadores organizados e protegidos por estas leis e pelo salário mínimo eram relativamente poucos, ainda localizados em algumas capitais e em meio a uma imensa maioria de trabalhadores do campo e de marginalizados das cidades sem quaisquer direitos sociais*. Embora os sindicatos tenham surgido no início do século, a ausência de bases sociais mais amplas e sólidas impediu que exercessem uma ação política mais independente, eficaz e generalizada na sociedade. (SANTOS, 2012, p.436 apud MATTOSO, 1995, p.122; grifos do autor)

No Pós-Guerra, ocorre no Brasil uma maior industrialização, com isso surgem novas expressões da questão social. Nesse período o Poder Público investiu na expansão da economia, em geral através de empresas estatais ou de associações com capital privado e estrangeiro. Entretanto, nesse período,

A questão social passa a ser como que *internalizada na ordem social*. Não mais como um problema meramente oriundo do indivíduo, mas como consequência do ainda insuficiente desenvolvimento social e econômico (ou do subdesenvolvimento). Assim, a “questão social” passa de ser um “caso de polícia” para a *esfera da política* (de uma “política” reduzida à gestão administrativa dos “problemas sociais” e seu enfrentamento institucional), passa a ser *tratada de forma segmentada, mas sistemática*, mediante as *políticas sociais estatais*. (MONTAÑO, 2012 apud NETTO, 1992, p. 275)

A desigualdade social no Brasil, decorrente da má distribuição de renda, afeta grande parte dos brasileiros, entre eles, os adolescentes. As consequências são observadas pelo grande número de pessoas excluída no mundo do trabalho, pobreza, violência, entre outros, e as proposições para mudar essa realidade são políticas públicas direcionadas à população em situação de vulnerabilidade social, principalmente aos adolescentes. Segundo Yasbeck (2001), a questão social expressa as velhas mazelas do sistema capitalista, revestindo se na contemporaneidade de novas roupagens, agudizando-se e complexificando se, em função do desenvolvimento das forças produtivas e da intensificação da exploração, próprios do sistema de acumulação capitalista. Neste sentido, constatamos que a face do novo capitalismo é mais cruel nos países periféricos, como o Brasil, em que há um aprofundamento da questão social gerada pelas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais.

Com os avanços sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, com políticas voltadas a classe trabalhadora incluída no mercado de trabalho, menos os desempregados rurais e os trabalhadores informais. A principal expressão da questão social, a desigualdade social, leva massas pobres a necessitar moradias, reforma agrárias e saúde, sem que haja uma política social que garanta seus direitos. E,

[...]no atual contexto de crise capitalista (ver Mandel, 1980 e Mészáros, 2009), a programática neoliberal (cf. Harvey, 2008) supõe a manutenção de um mínimo acionar estatal na área social (cf. Hayek in Montañó, 2002, p. 81-82): focalizado e precário, com programas de combate à fome e à miséria, financiado em parte por doações da “sociedade civil” e com retiros das classes trabalhadoras (rendas obtidas a partir do arrocho salarial, das reformas previdenciárias, da “flexibilização” das leis trabalhistas etc. (MONTAÑO, 2009, p. 270-287)

Em 1964, o Brasil mergulha no processo da ditadura militar, nesse período histórico as lutas sociais foram reprimidas e consideradas ilegais. Desse modo, a questão social, foi incorporada ao regime autocrático como ação estratégica de manutenção da estabilidade política e social do país. Conforme Netto (2006, p. 229), “[...] nada incorpora das problemáticas relativas às lutas de classes, às formas de manipulação ideológica, aos modos de controle das classes subalternas, à divisão social e técnica do trabalho, ao Estado [...]”

Durante o regime militar para a manutenção do poder, foram utilizadas várias formas de manipulação e de controle das classes sociais. Para manter a unidade nacional e se fortalecer, o governo central controla a sociedade civil, cassa direitos políticos, controlando o poder dos estados e municípios nas áreas de fronteira, com o argumento da lei de segurança nacional. O autoritarismo, censura o direito de expressão e usa o poder coercitivo para frear os movimentos sociais.

Em 1980, o Estado, não se preocupava em reconhecer os direitos sociais, com o fim do modelo político e autoritário e o visível aumento da desigualdade social, os movimentos sociais reconquistam as lutas sociais e a questão social volta ao cenário brasileiro. Segundo Santos (2012, p.436) a “restrita regulação do trabalho no Brasil sempre colaborou para manter baixo o valor da força de trabalho, consolidando, assim, uma relação entre capital e trabalho pautada na superexploração. Para entender a superexploração devemos centrar o pensamento em dois pontos a considerar, o primeiro refere-se ao fundo de garantia por tempo de serviço e o segundo diz respeito a repressão político-institucional ao movimento sindical. Sendo que o FGTS serviu para precarizar ainda mais as garantias dos trabalhadores que poderiam a qualquer tempo sem uma razão maior e os movimentos sociais, foram contidos através da repressão do movimento sindical que conteve o avanço dos trabalhadores. Conforme Gohn, (2003), [...] a produção de

conhecimento sobre os movimentos sociais o “novo” deste último período deve ser visto numa dupla dimensão: como construtor de espaços de cidadania, nas leis que se estabeleceram no país, e na reviravolta teórica que passa a ocorrer no plano das análises”, até a conquista da Constituição Federal de 1988, garantindo os direitos sociais conferindo caráter político à questão social. Por conseguinte,

A luta dos trabalhadores para estender a *noção de direito* vigente no século XVIII, implicou, portanto, uma mudança de perspectiva na maneira de encarar o seu *sujeito*, uma transformação de seu conteúdo e uma mutação radical dos deveres do Estado. Direito que passaram a exigir o poder público uma resposta social inscrita nas experiências Keinesiana do estado de Bem-estar social e socialistas, e por meio dos quais enuncia-se também o que o cidadão pode e deve esperar enquanto proteção e retaguarda da sociedade. [...] pensar e agir regida pela *consciência dos direitos*, o que se tornará mesmo uma marca do século XX. (SALES, 2007.p.40 apud BOBBIO 1992)

Podemos então adiantar que os movimentos sociais de lutas pela construção de novos rumos em nossa história, conseguem alavancar com a Constituição Federal de 1988 e logo após, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, dando início à proteção destes e os considerando, como sujeitos de direito.

Conforme Araújo e Bezerra (2009) apud Lesbaupian (2002, p. 55-57), no Brasil no ano de 1999, cerca de 34% da população vivia com renda inferior à linha de pobreza e 14% da população com renda inferior à linha de indigência, portanto, cerca de 53 milhões de brasileiros podiam ser classificados como pobres e 22 milhões como indigentes.

Famílias por classes de rendimento médio mensal familiar – 1999						
Brasil e Grandes Regiões	Até 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem** Rendimento
Brasil (1)	27,6	32,2	18,6	9,9	5,9	3,5
Norte (2)	29,2	34,9	17	8,6	4,3	5,4
Nordeste	47,5	29,7	9,2	4,4	2,7	4,2
Sudeste	17,7	32,2	23,5	13	7,8	3,1
Sul	22,2	34,5	21,7	11,3	6,4	2,6
Centro-Oeste	26,7	35	17,9	9,2	6,5	3,4

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Micro dados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\* Em classes de salário mínimo. Valor do Salário Mínimo em Setembro de 1999: R\$ 136,00.

\*\* Exclusive os sem declaração de renda.

### 2.3 Adolescentes em conflito com a lei e a evolução histórica da legislação às medidas socioeducativas

Conforme a legislação CF de 1988, crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos com proteção integral. Segundo Volpi (2011), “A criança e adolescente são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral”. A expressão pessoas em condição de desenvolvimento significa que, têm todos direitos que são dos adultos, porém, seu exercício é condicionado a idade em que se encontra, ao grau de seu desenvolvimento e capacidade física e mental. Por exemplo, não tem direito de ir e vir como adultos, nem de trabalhar como adultos, exceto o caso do menor aprendiz previsto em Lei e, por isso não devem ser responsabilizados pela prática de ato contrário a Lei como se adulto fosse. Conforme expresso no Art. 6º do E.C.A. (1990) para, “[...]a interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”.

O Brasil é o primeiro país da América Latina que tem uma legislação de proteção social aos direitos da criança e do adolescente, entre tanto, nos períodos anteriores a Constituição de 1988, inexistiam nos textos constitucionais matérias de proteção social regulador para situações dos direitos concernentes aos adolescentes diante da prática do ato infracional. Diante disso a análise breve do que previa as Constituições de 1824 e de 1891, do Império e a primeira da República, as quais não traziam textos que para situações de *adolescentes* na prática de ato ilícito, respondiam como adultos. O Código Criminal do Império de 1830, isentou os menores de 14 anos de responderem como adultos pelos atos praticados, aos adolescentes que tivessem mais de 14 anos e que apresentassem discernimento do ato cometido, eram recolhidos às chamadas Casas de Correção<sup>7</sup>, até que completassem 17 anos de idade. Nesse Código de 1830,

[...] continham as premissas da nova razão jurídica, criadas no século anterior pelas luzes. Uma delas é a que reconhece o *indivíduo* na sua autonomia. Ele é portador de uma identidade gerada na consciência que possui e que o torna único, passando a ser senhor e titular de direitos. A projeção disso na política jurídica aplicada aos menores infratores implica numa quebra radical do sistema precedente. Não mais as concessões sem muita grandeza do soberano. Tratava-se agora de uma abrangente diretriz, capaz de demarcar respostas diferentes para crimes conforme praticados por adultos ou menores. (MENEZES, 2005, p.1)

---

<sup>7</sup> Casas de correção, local onde recolhiam os marginalizados da sociedade, que eram reeducados pelo trabalho, para “integrar” o indivíduo a sociedade.

O primeiro Código Penal da República, de 11 de outubro de 1890, trazia no artigo 27 que os menores de nove anos não seriam considerados criminosos, como também os maiores de nove anos e menores de quatorze anos que tivessem praticado ato contra a lei. E os de idade entre nove e quatorze anos, se praticassem crimes tendo ciência do ato com discernimento eram recolhidos a “estabelecimentos disciplinares”<sup>8</sup>, pelo tempo em que o Juiz julgasse conveniente, desde que não excedesse os dezessete anos de idade.

O Código de 1890 sofreu uma série de modificações, na classificação dos delitos e nas penas. Em 1921, eliminou o critério de discernimento, passando a considerar o menor de 14 anos irresponsável em termos penais. A primeira legislação para os menores no Brasil foi o Código de Menores de autoria de José Cândido de Mello Mattos, o Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927, que se tornou o primeiro Código de Menores da América Latina. Com o Código Penal em 1940 foi definitivamente fixada a idade de 18 anos como marco que distingue a imputabilidade da inimputabilidade penal. Sendo que,

[...] O Código Penal de 1890 criou um sistema mais complexo para a idade penal, fundado em 3 (três) orientações. A primeira, reduzia para nove anos completos o limite da inimputabilidade penal; a segunda, tornava também inimputáveis os maiores de nove e menores de 14 anos, desde que agissem *sem* discernimento; e a terceira, mandava recolher, os maiores de 9 anos e menores de 14, que tivessem se conduzido *com* discernimento. Com isso, o menor infrator passou a exibir dupla face. Sua inimputabilidade podia ser *absoluta* ou *relativa*. A absoluta não dependia de nada, salvo a idade inferior a nove anos. Já a relativa, aplicável aos maiores de 9 e menores de 14, dependia do discernimento, apurável em processo regular. (MENEZES, 2005, p.1)

O Código de Menores de 1979 – Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979<sup>9</sup>, ano internacional da criança, trouxe um novo termo para definir o adolescente como o “menor em situação irregular”, que dizia respeito ao menor de 18 anos de idade que se encontrava em situação de abandono material, vítima de maus tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta ou autor de infração penal (artigo 2º, inc.VI). Outorgava aos Juízes um poder quase que absoluto, em que o adolescente se submetia a um processo quase inquisitorial, sendo

---

<sup>8</sup> Moncorvo Filho, criador do Instituto de proteção e Assistência a Infancia(1891), um dos maiores críticos ás instituições asilares, condenadas de acordo com os preceitos científicos e sociais da higiene como foco de doenças e causadoras das altíssimas taxas de mortalidade infantil detectadas (IBID:134);“(...) *O asylo, tal qual o concebiam os antigos, era uma casa na qual encafurnavam dezenas creanças de 7 a 8 annos em diante nem sempre livres de uma promiscuidade prejudicial, educadas no carrancismo de uma instrução quase exclusivamente religiosa, vivendo sem o menor preceito de hygiene, muitas vezes atrofiadas pela falta de ar e de luz suficientes, via de regra pessimamente alimentadas, sujeitas, não raro à qualquer leve falta a castigos bárbaros, dos quaes o mais suave era o supplicio da fome e da sede, aberrando, pois, tudo isso dos princípios scientificos e sociaes que devem presidir a manutenção as casas de caridade, recolhimentos, patronatos, orfanatos, etc.*(RIZZINI, 2008.p.112 apud Moncorvo Filho,1926:134 )

<sup>9</sup> Revogada pela legislação de 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente.



o ato praticado sobreposto aos direitos da pessoa. A lei não contemplava o adolescente como detentor de direito a proteção na situação da prática de ato infracional, sendo reconhecido como infrator e propenso a responder pela atitude, sem receber educativamente a responsabilização como forma de socialização.

Assim, quando se tratava de menor de idade, o aprisionamento legal não estava condicionado a prazo fixo e poderia ficar recluso indefinidamente, semelhante a uma prisão perpétua, pois o § 3º dispunha que se o menor, ao completar 21 anos, ainda necessitasse da medida jurídica, o caso passaria para o juízo das execuções penais. E na falta de local adequado, os adolescentes poderiam ficar em presídios destinados a maiores de 18 anos, fossem autor de prática infracional ou se tivessem apenas em “situação irregular”<sup>10</sup>.

A promulgação da Constituição de 05 de Outubro de 1988, trouxe além de direitos, esperanças a uma vida com mais dignidade, as pessoas excluídas dos direitos sociais, principalmente de adolescentes que viviam as “margens da sociedade”, sendo tratados como aporias sem nem uma chance de obter, nova forma de vida, pela doutrina da proteção integral, e a disciplina legal unicamente daqueles que representavam os adolescentes infratores, os excluídos da sociedade. Logo,

[...] O ato infracional, em correspondência absoluta com a Convenção Internacional dos direitos da Criança, o ECA considera o adolescente infrator como uma categoria jurídica, passando a ser sujeito dos direitos estabelecidos na Doutrina da Proteção Integral, inclusive do devido processo legal. [...] rompe a concepção de adolescente infrator como categoria sociológica vaga implícita no antigo Código de Menores, concepção que amparando se numa falsa e eufemística ideologia tutelar (doutrina da situação irregular), aceitava reclusões despidas de todas as garantias que uma medida de tal natureza deve necessariamente incluir e que implicavam uma verdadeira privação de liberdade. (VOLPI,2011. p.15)

A citada doutrina, baseada na total proteção dos direitos da criança e dos adolescentes, tem seu alicerce jurídico e social na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20-11-1989. O Brasil adotou o texto em sua totalidade pelo Decreto n. 99.710 de 2-11-1990, após ser retificado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo n. 28 de 14-09-1990).

---

<sup>10</sup>- A doutrina da situação irregular foi adotada antes do estabelecimento do atual Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela foi sustentada pelo antigo Código de Menores (Lei 6697/79), que admitia situações absurdas de não proteção à criança e ao adolescente. Naquele ínterim, os menores infratores eram afastados da sociedade, sendo segregados, de forma generalizada, em estabelecimentos como a FEBEM, desrespeitada a dignidade da pessoa humana e o termo “menor”, inclusive, passando a ser usado pejorativamente. (Bastos, Maria Aparecida de. TEORIA DA SITUAÇÃO IRREGULAR. 2002.)

A partir da Constituição Federal de 1988 e do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, os adolescentes em conflito com a lei, sujeitos de 12 anos completos a 18 anos incompletos, excepcionalmente até os 21 anos que cometem um ato contra a lei, começam ser tratados como sujeitos de direitos pela legislação. São consideradas Pessoas em formação, responsáveis por suas atitudes e no artigo 103 do E.C.A., capazes de serem socializados por uma nova forma de pensar, e integrados à sociedade

As medidas socioeducativas, que são acompanhadas pelo C.R.E.A.S., pela prestação de serviço à comunidade e a liberdade assistida estão previstas no E.C.A. em seus artigos 112, incisos III e IV. Em conformidade com a C.F. art.227, §1º, inciso IV e art.228, são dirigidas e orientadas conforme a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que traz o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, as diretrizes e eixos operativos para o S.I.N.A.S.E. Sendo que,

No ano de 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA aprovou e publicou a resolução nº 119, que estabeleceu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Neste mesmo ano, outro conjunto de propostas foi encaminhado ao Congresso Nacional para que se fizessem detalhamentos e complementações ao Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, no que diz respeito ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, o que deu origem à Lei Federal nº 2.594/2012, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em 18 de janeiro de 2012. (BRASIL, 2012, Plano nacional de atendimento socioeducativo. S.D.H, p.5.)

A legislação embasa e dá suporte legal, determinando que o autor de ato infracional deve realizar tarefas gratuitas de interesse geral, num período não maior que seis meses, em entidades assistenciais, escolas, ou em outros estabelecimentos públicos ou privados e em programas comunitários ou governamentais, previsto no E.C.A., art. 117, parágrafo único. A estes são imputados, os princípios da responsabilidade penal e as garantias processuais. O E.C.A. distingue as medidas socioeducativas, em medidas protetivas em razão da especificidade de cada situação em que elas podem ser aplicadas.

Em tese, as medidas protetivas são para a situação de risco social e pessoal, e as medidas socioeducativas são para as situações de prática de ato infracional. Conforme o tipo de ato infracional praticado, as circunstâncias em que ocorreu, indica se qual deve ser a medida socioeducativa. Para determinar a medida, aplicada ao adolescente que pratica o ato infracional devem ser observados os critérios definidos no E.C.A., nos artigos 171 e seguintes, e somente após o devido processo legal, assegura ao adolescente a ampla defesa, ele poderá ser penalizado, ao cumprimento das medidas socioeducativas imposta pelo Estado.

De acordo com o art. 112 do mesmo Estatuto, em seu § 1, “A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração”, e,

A fim de que o processo educativo almejado no Estatuto se efetive, o autor sinaliza elementos de seu conteúdo: “educar é criar espaços”, referindo-se a acontecimentos, espaços, tempo, pessoas que permitam ao educando assumir-se como sujeito, com iniciativa, responsabilidade e compromisso; “situado organicamente no mundo”, possibilitando ao adolescente perceber criticamente as determinações presentes em sua vida pessoal e social, de modo que não seja conduzido por elas de forma assujeitada; “empreender ele próprio a construção de seu ser”, permitindo a afirmação da subjetividade do adolescente, deixando de ser um ator, para ser autor de seu próprio destino; “em termos pessoais e sociais”, o autor pondera que a visão do tratamento ou da salvação individual são limitadas, pois não permitem ao educando a visão de contexto e dificultam que ele possa adquirir um bom autoconceito e consistente autoestima.(COSTA, 1990 apud TEJADAS, 2005, p.13).

As medidas socioeducativas constituem uma resposta do Estado para o ato infracional, aplicada pela autoridade judicial ao adolescente que o cometeu. Embora possuam aspectos sancionatórios e coercitivos, não sejam tratados aqui pela normativa como penas ou castigos, revelam-se em oportunidades de inserção através de processos educativos que, embora obrigatórios, se bem sucedidos, resultarão na construção ou reconstrução de novos projetos de vida.

Considerando a capacidade do adolescente em compreender e de cumprir as medidas e suas necessidades pedagógicas, considera-se primordial a presença do trabalho da equipe multiprofissional formada por pedagogo, psicólogo e assistente social, para atender esses adolescentes, prevista nos artigos 150 e 151 do E.C.A. que, entre outras atribuições, devem também assessorar a Justiça da Infância e da Juventude nas decisões em relação à aplicação das medidas socioeducativas. DIAS, (2009, p. 383), diz que, “O Estatuto da Criança e do Adolescente, acompanhando a evolução das relações familiares, deixa de ter um sentido de dominação para tornar-se sinônimo de proteção, com mais características de deveres e obrigações dos pais para com os filhos do que de direitos em relação a eles”.

Neste sentido é que o E.C.A. em seu art. 4º trata e relata, que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de deixá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão”.(BRASIL, 1990, E.C.A. art. 4º). Se crianças ou

adolescentes, de alguma forma, sofrem ameaças ou violação em seus direitos, os artigos 98 a 102 do Estatuto, antecipam medidas de proteção integral, se a ameaça for por ação ou omissão da sociedade, da família, do Estado ou em razão da conduta da criança e adolescentes.

A adolescência é uma fase de desenvolvimento que indica a transição entre a infância e a idade adulta, portanto, “A criança e os adolescentes são seres que estão por vir a ser. Não completaram a sua formação, não atingiram a maturidade dos seus órgãos e nem das suas funções. Necessitam de tempo, de oportunidade e de adequada estimulação para efetivar tais tarefas. Enquanto isso, precisam de proteção, afeição e cuidados especiais”. Se necessitam tempo ao desenvolvimento do corpo, conseqüentemente, sua mente também está em formação e precisará apoio, cuidado, proteção.

Embora conste na Constituição Federal (1988), em seu art. 228 que são penalmente inimputáveis os adolescentes que tem menos de 18 anos e sujeitos às normas da legislação especial, quando da prática de um ato infracional, eles são responsabilizados por suas ações de maneira diferente dos adultos. Essa responsabilização passa pelas medidas socioeducativas que são sancionadas, com a finalidade pedagógica, buscando levar o adolescente a refletir acerca de sua conduta.

O E.C. A. (1990) prevê, em seu art. 104, que o menor de 18 anos é inimputável, mas passível de aplicação de medidas socioeducativas, que são: *“a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a inserção em regime de semiliberdade, a internação em estabelecimento educacional ou qualquer das previstas no art. 101, I a VI”*, fica explícito que: [...] §1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. §2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. §3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (BRASIL, 1990, E.C.A. art. 101).

A Lei nº 8.069/90, é destacada nos princípios relacionados no art. 100, parágrafo único, e as disposições do Sistema Nacional Socioeducativo – S.I.N.A.S.E., aprovado pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - C.O.N.A.N.D.A. As medidas socioeducativas são à destinadas a adolescentes em situação de risco social, na razão de sua conduta, apurada sua responsabilidade pelo processo legal,

objetivando meios para educá-los, socializá-los. Através da relação entre o orientador e o adolescente infrator durante o processo de cumprimento haverá a possibilidade de mudança de comportamento, possibilitando assim, uma nova oportunidade de vida, baseada em novas vivências.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – C.O.N.A.N.D.A. aprovou e publicou a resolução nº 119 e estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (S.I.N.A.S.E.), definindo-o, BRASIL, (2012, resolução da SINASE-2º, art. 1, §1º, §) “Entende-se por S.I.N.A.S.E. o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. § 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA).

Juntamente com a Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, estes dois documentos consolidam uma discussão que data desde 1999, envolvendo vários atores da sociedade sobre a construção do sistema de garantia de direito da criança e adolescente, fazendo parte do conjunto de normas para implementar o mínimo de proteção social a esses sujeitos.

O plano para o atendimento as M.S.E. que são referenciadas por princípios e diretrizes, previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, na Resolução 119/2006 do Conanda, são embasados em legislações como, a Constituição Federal (1988) e o E.C.A (1990), para orientar e administrar a Justiça da Infância e da Juventude. Consta no S.I.N.A.S.E., que a medida socioeducativa é uma política pública específica e um meio indispensável para tentar diminuir uma dívida histórica que a sociedade tem para com seus adolescentes, suas maiores vítimas da violência, buscando com isso construir uma sociedade com maior igualdade social. Portanto,

Nesse sentido, este Plano é um passo a diante dos novos marcos regulatórios e deve produzir efeitos no atendimento a adolescentes autores de ato infracional e às suas famílias, criando oportunidades de construção de projetos de autonomia e emancipação cidadã. Tarefa de toda a sociedade brasileira, a atenção integral aos adolescentes para que realizem seus projetos de vida individuais e coletivos, tem neste momento o impulso inalienável da iniciativa do Estado. Este Plano é, ao mesmo tempo, um desafio e um chamado à integração intersetorial. (BRASIL, 2012. S.D H. Plano Nacional do Atendimento Socioeducativo, 2012, p.8)

A Prestação de Serviço à Comunidade, consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período que não exceda há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários ou governamentais, e “[...] consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por

período não excedente a seis meses[...]” (BRASIL,1990, art.117 do E.C.A.).Destaca-se a importância da equipe do CREAS, em atender os adolescentes nessa situação, que conforme requisitos, deve ter em sua equipe profissional, pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, para assessorar a Justiça da Infância e da Juventude nas decisões afeta à aplicação das medidas socioeducativas.

### 3 O PERCURSO DA METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o fim de fazer um aprofundamento na problemática dos adolescentes que praticam o ato infracional no município de São Borja e trazer a relação com as expressões da questão social, respondendo ao objetivo inicial proposto na pesquisa, a partir desse capítulo será abordado a análise crítica da pesquisa, realizada a partir da coleta de dados na instituição C.R.E.A.S. de São Borja. O problema da pesquisa consiste em compreender, qual a relação entre a prática do ato infracional com as expressões da questão social presentes no cotidiano dos adolescentes que cumprem medidas de Liberdade Assistida (L.A.) e Prestação de Serviço à Comunidade (P.S.C.), em acompanhamento no CREAS Renascer de São Borja. Logo, o objetivo geral, busca analisar a relação entre a prática do ato infracional com as expressões da questão social presente no cotidiano dos adolescentes, a fim de oferecer subsídios que contribuam nos processos de conhecimento e intervenção realizados pelos profissionais responsáveis pelo planejamento e operacionalização dos serviços de acompanhamento das medidas socioeducativas.

A partir dessa premissa, os objetivos específicos foram delineados como: a) Identificar as expressões da questão social presentes no cotidiano de vida dos adolescentes em conflito com a lei; b) Analisar se as medidas socioeducativas aplicadas permitem que ocorra a socialização do adolescente em conflito com a lei; c) Identificar as ações desenvolvidas pelo C.R.E.A.S Renascer, no acompanhamento aos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas no município de São Borja.

A pesquisa tem cunho qualitativo, aplicando uma forma não convencional para obter os resultados, partindo da realidade social na sua complexidade e totalidade e buscando captar, transformando-a. (Demo 1989). Essa pesquisa, considera “válido o enfoque histórico-estrutural para a realidade social que se estuda, privilegia a prática e o propósito transformador do conhecimento que se adquire da realidade que se procura desvendar em seus aspectos essenciais e acidentais”. (TRIVIÑOS, 2011, p.125). A pesquisa busca compreender a subjetividade dos adolescentes em conflito com a lei na prática do ato infracional, em uma análise crítica de sua história de vida e sociedade.

### 3.1 O método da pesquisa

Durante a pesquisa utilizou-se o método dialético de investigação, com o qual se obteve os objetivos previamente estabelecidos, que envolveram os procedimentos técnicos utilizados para produzir o conhecimento revelando a forma da investigação, considerando que, “[...] *o emprego do método dialético é capaz de assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e se realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa.*” (TRIVIÑOS, 2011, p.125, grifo nosso).

Segundo Lakátos e Marconi (2007:83), o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo conhecimento válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido e detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Portanto, o método de abordagem do problema foi o método dialético crítico, que implica em movimento, em evolução e preconiza o princípio de historicidade, totalidade e contradição e consiste na interpretação dinâmica e totalizante da realidade.

Para Gil, (2007, p. 31), o materialismo dialético, é entendido como um método de interpretação da realidade, fundamentado na unidade dos opostos, quantidade e qualidade e a negação da negação. Pois a dialética fundamenta que, fatos sociais, não podem ser estimados quando isolados de controles políticos, sociais, culturais, entre outros” Com essa abordagem da pesquisa o método dialético crítico, trouxe qualidade a análise dos dados haja vista poder desenvolver uma análise complexa de uma forma totalizante, não enxergando o adolescente, apenas como um ser separado da sociedade que vive.

Conforme PAULA (2010), a dialética foi reinventada por Hegel em 1823, priorizando momentos básicos do método dialético: a tese que é pretensão da verdade, a antítese, que vai negar a tese e a síntese, que surge do embate entre as duas. A síntese, por sua vez, acaba formando uma nova tese, que será contestada por nova antítese e assim por diante. Ou seja, o método dialético implica em movimento, em evolução.

Hegel aplicava esse raciocínio à realidade e aos diferentes momentos da história humana, que estaria dividida em três etapas, correspondendo exatamente à Tese, Antítese e Síntese, sendo que a síntese representa a superação da contradição. Marx e Engels,



deram ao método dialético, uma perspectiva materialista que reforma o conceito de dialética, em prol da sociedade e pelas lutas de classes, vinculadas a uma organização social.

Surgiu assim, o materialismo dialético, que une, pensamento e realidade, mostrando que a realidade é contraditória ao pensamento, gerando a contradição, pois gerou a discussão sobre o conhecimento, o que se conhece, e,

[...] uma das ideias mais originais do materialismo dialético seja a de haver ressaltado, na teoria do conhecimento, a importância da *prática social* como critério de verdade. E ao focar historicamente o conhecimento, em seu processo dialético, colocou em relevo a interconexão do relativo e do absoluto. Dessa maneira, as verdades científicas, em geral, significam graus do conhecimento, limitados pela história, mas, como já dissemos em outro lugar, este relativismo não significa reconhecer a incapacidade de o ser humano chegar a possuir a verdade. (TRIVIÑOS, 2011, p.51).

A pesquisa se utilizou de um texto de natureza descritiva para a construção da análise, após realizou uma análise qualitativa de dados quantitativos, sendo que,

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Esse tipo de pesquisa como tem por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental, etc. (Gil, 2007, p.45).

No delineamento de pesquisa foram utilizados, no período de maio a dezembro de 2014, a pesquisa documental e um formulário de entrevista aplicado à assistente social que trabalha no C.R.E.A.S. e acompanha o serviço de cumprimento das medidas socioeducativas dos adolescentes em conflito com a lei.

### 3.2 Universo e seleção dos sujeitos

A prática do ato infracional por adolescentes de São Borja e a relação com as expressões da questão social, objetos desse estudo foi pesquisada no universo de 32 (trinta e dois) adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no município de São Borja, entre as medidas de prestação de serviço à comunidade, nos meses de maio e agosto, e as medidas de liberdade assistida no mês de julho de 2014. Pela análise do perfil sócio econômico, se obteve o conhecimento das expressões da questão social, presentes no cotidiano de vida dos adolescentes em conflito com a lei e o que mais se destacou foi o processo de inclusão precário na vida social dos adolescentes e sua família.

Para Lakatos e Marconi. 2007:165) “nem sempre há possibilidade de pesquisar todos os indivíduos do grupo ou da comunidade que se deseja estudar, devido à escassez de recursos ou à premência do tempo. Nesse caso, utiliza-se o método da amostragem, que consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte, a amostra, selecionada por procedimentos científicos”. E Segundo os mesmos Lakatos e Marconi, (2007:225) o conceito da delimitação do universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. No caso desta pesquisa foram analisadas as características comuns, como: seus perfis, gênero, faixa etária, situação familiar, e grau de escolaridade, entre outros, para relacionar o ato infracional praticado com as expressões da questão social que envolvem a trajetória desses adolescentes. Assim, a população de amostra, foi composta de:

- a) Os documentos pesquisados, como: o Termo de Início e Encerramento do cumprimento das MSE; o relatório social, o prontuário de atendimento para a visita domiciliar; o prontuário social; o Plano de atendimento individual; laudo psicossocial, disponibilizados pela instituição C.R.E.A.S., sobre aos adolescentes em medida de liberdade assistida (L.A.) no mês de julho, e aqueles que iniciarem o cumprimento de medidas sócio educativas de prestação de serviço à comunidade (P.S.C.) no mês de maio e agosto e em acompanhamento no CREAS Renascer. Serão ainda analisadas suas características comuns, seus perfis, abordando características como: gênero, faixa etária, organização ou comunidade a que pertença, situação familiar.
- b) A assistente social responsável pelo acompanhamento do cumprimento das medidas do Centro de Referência Especializado em Assistência Social- Renascer de São Borja.

### 3.3 Procedimentos e Técnicas

Como instrumentos de coleta de dados para a investigação foi utilizada, a pesquisa documental e a entrevista com a assistente social que usou os dados de um diagnóstico da entidade como instrumento informativo, o qual utilizou de base para as respostas a entrevista realizada. Sendo considerados os critérios de qualidade política, os contextos históricos, todos os valores que serão validados e podem fundamentar a investigação e a sua finalidade.

Para a coleta dos dados documentais foram usadas fichas pré-elaboradas, (ver no apêndice), que orientaram a pesquisa documental. As entrevistas foram realizadas a partir da aplicação de formulário (em anexo). As perguntas foram de cunho aberto e semiestruturadas baseadas nos objetivos previamente estabelecidos, buscando vislumbrar pontos em comum na realidade socioeconômicas da vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, na tentativa de reconhecer a relação com às expressões da questão social que pudessem influenciar suas atitudes em relação a prática do ato infracional.

### 3.4 Técnicas de análise e interpretação de dados

E como análise do conteúdo utilizou-se a técnica de Bardin, que usa a delimitação do campo, avalia a análise de conteúdo, decompõem os processos da análise, usa as categorias explícita do método, diferenciando uma das outras. No caso dessa pesquisa, utiliza-se os gráficos para analisar as situações dos sujeitos pesquisados e as condições sociais em que se encontram, levando em consideração, as condições econômicas e sociais. Sendo que,

análise de conteúdo é um método muito empírico, depende do tipo de <<fala>> a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objectivos pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para uso simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da descodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas (BARDIN, 1977, p.32).

A autora esclarece, na segunda parte de sua obra que a análise de resultados é resultante de testes de associação de palavras como estereótipos e conotações. Ela utiliza testes com o objetivo de estudar alguns estereótipos sociais diferentes espontaneamente por membros de um grupo de profissões, por exemplo. “O teste por associação de palavras, o mais antigo dos testes projectivos, permite, em psicologia clínica, ajudar a localizar as zonas de bloqueamento e de recalçamento de um indivíduo” (BARDIN, 2009 p. 53).

Por fim Bardin indica o método e as técnicas, alegando que respectivamente consistem na: a organização da análise; na codificação de resultados; nas categorizações; nas inferências; e, por fim, na informatização da análise das comunicações. Para uma aplicabilidade coerente do método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a Análise de Conteúdo, para ela, deve ter como ponto de partida uma organização.

A partir da obtenção dos dados da pesquisa, que levaram muitos dias de leituras bibliográficas e em documentos anteriormente enunciados na instituição C.R.E.A.S. Também foram organizadas e realizado entrevistas com a assistente social. Chegando-se a finalização da coleta de dados, os mesmos foram separados e organizados , com as informações contidas pelo processos de cumprimento de MSE de cada adolescente do grupo de sujeitos pesquisados.

A separação deu se na forma de medida socioeducativa, por mês correspondente ao cumprimento, logo após cada dado catalogado, iniciou-se a análise. Antes mesmo da análise acontecer foi organizado gráficos para melhor vislumbrar estes dados obtidos e com isso poder fazer uma comparação. Os gráficos estão evidenciados no corpo do trabalho, com os resultados obtidos.

### 3.5 Cuidados Éticos

Esta pesquisa qualitativa estuda indivíduos, dentro de seu contexto social, cultural e econômico, e documentos com dados sobre a vida desses sujeitos. Portanto se exige que esse relacionamento entre pesquisadores e pesquisados, seja cercado de muito cuidado e respeito em relação à vida desses sujeitos. Logo, se utilizou nessa pesquisa hábitos comuns à prática da ética, como a isenção, o anonimato e a garantia da privacidade dos mesmos. Portanto, não deve ser pertinente colocar esses sujeitos, em determinadas situações vexatórias. Além disso encaminhou se a inscrição no S.I.P.P.E.E, Sistema de Informação de Projetos e Pesquisas e Extensão da UNIPAMPA e a orientadora decidiu por não encaminhar ao comitê de ética, da instituição. No entanto a pesquisa se reveste com o termo de confiabilidade, o termo de consentimento livre e esclarecido do profissional entrevistado, e a autorização condicionada da instituição coparticipante.

## 4 OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A RELAÇÃO DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL COM AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Este capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso faz uma abordagem sobre o adolescente em conflito com a lei de São Borja e a relação com as expressões da questão social. Sendo que neste capítulo surgem os resultados obtidos pela coleta de dados obtidos durante a pesquisa.

### 4.1 As expressões da questão social e a relação com a prática do ato infracional

As expressões da questão social, como a inclusão precária na vida social, principalmente nos espaços de exercício da cidadania, como no exercício dos direitos à educação, trabalho, cultura, lazer e a inclusão em um sistema de violência, a privação da liberdade, geradores da desigualdade social, levam os adolescentes a prática do ato infracional, porque, conforme Castel apud Wanderley (2008: 21-22), “[...]a exclusão vem se impondo pouco a pouco como um *mot-valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desemprego de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo, etc. são “excluídos”. Deu-se seu na França, no início de 1992 e o fim de 1993 como a época de explosão desse tema, de três milhões de desempregados foi ultrapassado [...] A questão da exclusão torna-se então a ‘questão social’ por excelência”.

Segundo Marx (1996), a relação capital, trabalho e alienação promovem a coisificação ou reificação do mundo e do homem tornando-o objetivo e suas regras são seguidas passivamente pelos homens. O modelo econômico capitalista vigente, no qual vigoram a exploração, a indiferença em relação ao outro, resultam em um maior agravamento da exploração humana, aumentando as desigualdades sociais, onde os adolescentes se tornam ao mesmo tempo as vítimas e os opressores na prática do ato infracional. Logo,

[...] pode-se dizer que os jovens vivem, na contemporaneidade, numa época de profundas transformações, aí incluídas as de cunho econômico e moral, que afeta, de modo indelével, sua transição para a vida adulta. Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória – cujo principal traço é suscitar nas juventudes, mas não apenas entre elas, aspirações que, muitas vezes, desaguam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria –, transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis. (ABRAMOWAY, 2007, p. 27).

As expressões da questão social interferem no processo de reconhecimento da cidadania dos adolescentes que cumprem as medidas sócio educativas. Sendo que na maioria das vezes, são culpabilizados por atos, que na maioria das vezes, praticam sem avaliar as consequências, justamente por serem pessoas em desenvolvimento. Essa concepção legal, pode levar alguns adolescentes entenderem, a prática de atos contrários as legislações vigentes como normais, se alguns adultos podem agir com violência, praticar, roubos e outras contravenções penais, compreendem-na como formas comuns de sobrevivência. Em seu dia a dia, os adolescentes sentem as expectativas dos adultos em relação a definição de seu papel na sociedade, sentem o pedido subjetivo de brevidade com as resoluções, não há tempo a perder. Essa definição os impulsiona muitas vezes a buscar de uma maneira vertiginosa própria da idade da obtenção de seu espaço na sociedade, o que pode ser uma forma não legal de obtenção do que presume serem seus direitos.

Os adolescentes em conflito com a lei, geralmente são adolescentes que tem baixa estima, não tem vontade de voltar a estudar, ou se voltam é por serem obrigados, não são regulares na frequência escolar e outros pararam de estudar, principalmente os que cumprem L.A., são estigmatizados, geralmente muito suscetíveis a pessoas que tendem a explorá-los. Alguns conseguem com grande esforço se socializar e tomar um novo caminho, conforme palavras da assistente social, “geralmente, são adolescentes, que viveram outras situações de violência, na escola, na rua, ou nos lares”, como por exemplo, serem apontados pelos professores, como os ‘piores’ da turma, os que incomodam ou que não aprendem. Passam por situações vexatórias, ou são revoltados pela situação que vivem de inclusão precária na vida social como um todo e que na tentativa de se rebelar se colocam na sociedade com um comportamento social errôneo, que acaba por lhe discriminar ainda mais.

Dos 32 casos de adolescentes em prestação de medidas sócio educativas, 29 adolescentes cumprem com dificuldade as medidas, eles iniciam o cumprimento logo após serem enviados pela justiça para o cumprimento da medida, porém os adolescentes cumprem as medidas com dificuldade, são poucos os que desistem do cumprimento, cerca de 2 adolescentes que se apresentaram e estão ausentes do cumprimentos, os outros demoram um pouco, mas, cumprem, pois sabem que tem a responsabilidade judicial no cumprimento. Os meios criados pela lei para proporcionar a possibilidade de socialização de adolescentes que praticam o ato infracional de forma a ser partes constitutivas de medidas de proteção e responsabilização à crianças e adolescentes, estão especificadas no Estatuto da Criança e

adolescente, no Título II, capítulo I, art. 98, onde consta, “as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei, forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; II- Em razão de sua conduta”. (Brasil, 1990, p.52)

O Ato Infracional é uma ação de desrespeito às leis, aos direitos dos outros ou contra um patrimônio, cometido por adolescentes e/ou crianças. Sendo que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) conceitua o ato infracional, no artigo 103, como a “conduta descrita como crime ou contravenção penal”.

A desigualdade social geradora das diferentes expressões da questão social, entre elas, o ato infracional, leva os adolescentes, a cumprir medidas sócio educativas e serem acompanhados pelo CREAS. Esta parte da pesquisa traça o perfil desses adolescentes, e pode levar a constatação de que a sociedade em geral tem responsabilidades em relação à proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, sem esquecer aqueles que, por diversas expressões da questão social, estão em processo de inclusão precário na vida social. Em uma,

Sociedade demarcada por desigualdades, no campo econômico, social e cultural. Sociedade heterogênea, que produz diferentes formas de viver a juventude. Nesse contexto, aquele jovem que porta uma arma para praticar um assalto e tornase visível nas manchetes dos jornais, antes de adquirir essa notoriedade, foi invisível para vários segmentos, quiçá para sua própria família, seus vizinhos, sua escola, seu posto de saúde. Ele estava lá, ele existia, mas talvez estivesse sob o manto da invisibilidade, inalcançável pelas políticas, e passou despercebido. (TEJADAS, 2005, pg. 16)

As expressões da questão social, necessitam ser desvendadas em relação a prática do ato infracional, como elemento essencial no cotidiano do adolescente que cumpre a MSE. Não se pode realizar a socioeducação, pelas medidas a eles imputadas, se enxergarmos apenas o produto fetichizado<sup>11</sup>. O adolescente que comete o ato infracional é um ser social, com suas

---

<sup>11</sup>-Fetichizado- Conforme Marx em sua obra máxima intitulada, “O Capital”, nota que a mercadoria (manufatura) quando finalizada, não mantinha o seu valor real de venda, que segundo ele era determinado pela quantidade de trabalho materializado no artigo, mas sim, que, por sua vez adquiria uma valoração de venda irreal e infundada, como se não fosse fruto do trabalho humano e nem pudesse ser mensurado, o que ele queria denunciar com isto é que a mercadoria parecia perder sua relação com o trabalho e ganhava vida própria. Ele se utilizou do nome atribuído à imagem citada para exemplificar na modernidade como o homem estava tratando as mercadorias (sapatos, bolsas, etc.), estas, que com o tempo deixaram de ser um produto estritamente humano para tornarem-se objeto de adoração, a mercadoria deixa de ter a sua utilidade atual e passa a atribuir um valor simbólico, quase que divino, o ser humano não compra o real, mas sim a transcendência que determinado artefato representa. O fetichismo da mercadoria é a manifestação particular- concreta do estranhamento no plano da consciência social. (MARX, 1988)

subjetividades, que necessita cuidados para o enfrentamento as dificuldades encontradas em seus relacionamentos sociais e a socioeducação é o caminho que poderá imputar aos mesmos uma nova forma de vida, pela reflexão crítica de seus atos, o adolescente vai poder entender melhor seus direitos e deveres, ou seja a responsabilização de suas atitudes em relação sociedade. Segundo KOSIK (1976:15) “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verde engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. (...) A essência não se dá imediatamente; ela é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. No senso comum, enxergamos apenas o ato cometido pelos adolescentes, já o pesquisador social deve visualizar os fenômenos que circundam sua vida. Não há como pesquisar sem conhecer a historicidade do sujeito, suas crenças, seus anseios e suas necessidades e qual a influência que as mesmas vão imprimir no modo de vida do sujeito. Para a sociedade e para a mídia, o que se enxerga é a prática do ato infracional, os fenômenos que antecedem os fatos, ficam escondidos, quase ninguém quer falar ou resolvê-lo.

Para Bourguignon (2007:4), “O Serviço Social como profissão sócio-histórica tem em sua natureza a pesquisa como meio de construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento”. Para o assistente social, que tem como objeto de trabalho a questão social e as expressões da questão social a ela inerentes, fica a tentativa de levar o enfrentamento aos fatos vivenciados pelas famílias, fazendo de seu trabalho um dever, ou seja a constante mudanças, que o ser humano é capaz de vivenciar em suas relações sociais, enxergando o ser humano como um ser sociável, capaz de cada dia melhorar.

#### 4.2 Os adolescentes em conflito com a lei do município de São Borja

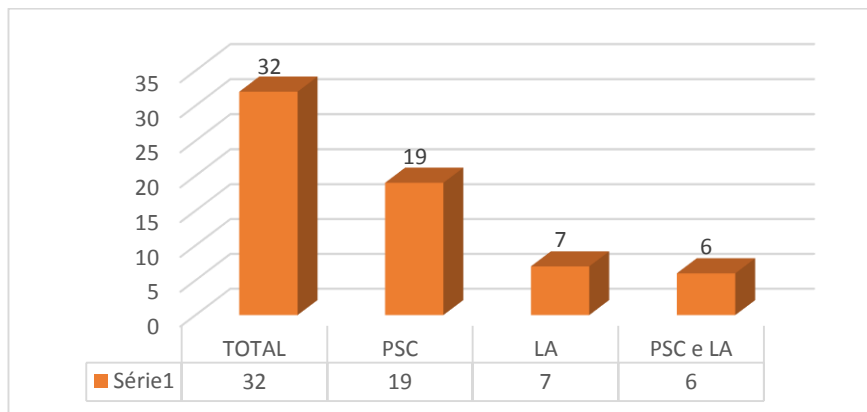
Para a análise reflexiva da realidade dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no município de São Borja, a pesquisa baseou se em uma amostra de 32 adolescentes, que cumpriram ou cumprem as medidas socioeducativas e são acompanhados pelo C.R.E.A.S., incluindo todos os adolescentes, que estavam em cumprimento de medidas de Prestação de Serviço à comunidade nos meses de maio e agosto de 2014 e todos os adolescentes que estavam em cumprimento de liberdade assistida no mês de julho.

A partir da coleta de dados verifica-se um recorte da realidade que vivem os adolescentes que praticam o ato infracional no município e por este recorte pretende se trazer



uma análise crítica de fatores que interferem na vida do adolescente até a prática do ato infracional.

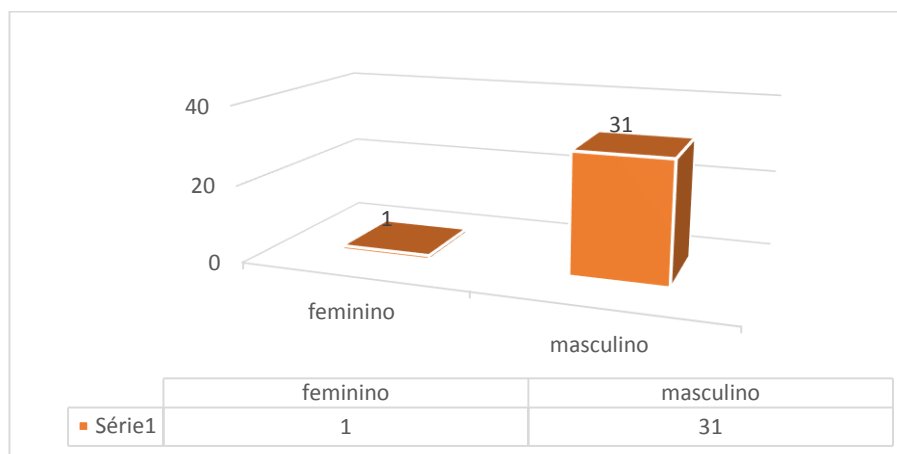
Gráfico 1- Adolescentes pesquisados.



Fonte: Poll, Clenair

Dos 32 adolescentes pesquisados, os processos contabilizavam 25 de cumprimento de medidas socioeducativas de P.S.C e 11 de medidas socioeducativas de L.A., contabilizando 36 processos de medidas socioeducativas ajuizados. A reflexão crítica sobre a análise dos dados sobre a realidade vivida pelos adolescentes do município até a prática do ato infracional, podem contribuir na identificação de fatores que estão atrelados a prática do ato infracional e com isso poder ajudar a trabalhar estratégias de enfrentamento às expressões da questão social que vislumbram-se na vida da maioria dos adolescentes que praticam o ato infracional, e quem sabe contribuir para o rompimento dessa trajetória de vida possibilitando a construção de uma nova identidade social, através da reflexão dialógica na socioeducação.

Gráfico 2- Gênero de adolescentes que cumprem medidas sócio educativas no município.



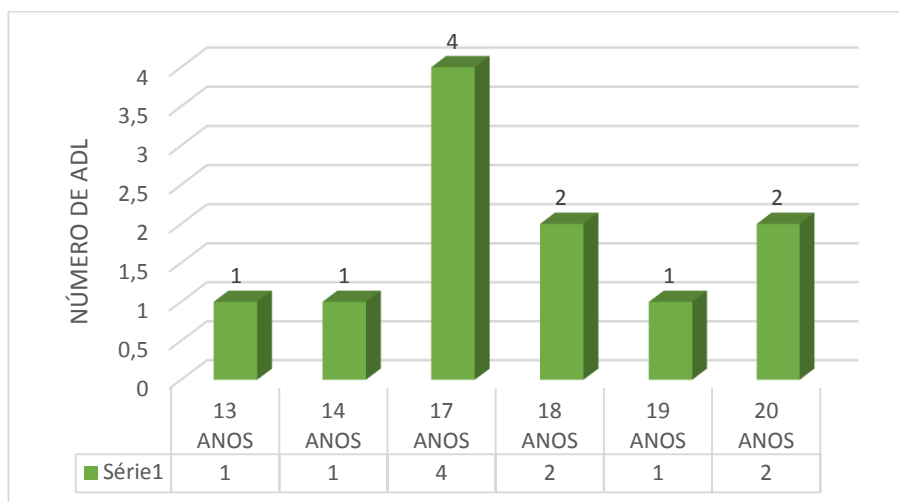
Fonte: Poll, Clenair

A partir da análise dos Processos envolvendo os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, identificou-se que dos 32 adolescentes que cumprem medidas de LA e PSC 31 adolescentes são do sexo masculino e uma do sexo feminino. Entende-se que o sexo masculino, está mais suscetível a prática do ato infracional, enquanto que as meninas podem estar sendo vítimas de outros tipos de exposição em relação a vulnerabilidade social. Os adolescentes do sexo masculino, tem permissão dos pais para se ausentar de casa mais cedo, haja vista viver s em uma região em que o homem é tratado de forma diferenciada da mulher.

O cometimento do ato infracional, são realizados em grupos, compostos por no mínimo dois adolescentes, o que revela que dos 32 adolescentes que cometem o ato infracional, 20 processos trazem no processo jurídico o nome de vários adolescentes para o mesmo cometimento do mesmo ato infracional.

Embora se perceba que o adolescente do sexo masculino, são os que mais praticam o ato infracional, vemos que as adolescentes do sexo feminino, estejam em situação de vulnerabilidade em outros aspectos, como a exploração sexual, por exemplo. Sendo que para conseguir seus bens de consumo, as meninas usam de outros artifícios que não a prática do ato infracional. Para VOLPI (2011.p. 58), (...) “A permanência mais prolongada das meninas no lar tem sido apontada como um dos fatores responsáveis pela sua maior frequência à escola, pela menos presença das mesmas nas ruas e pelo seu menor envolvimento em ato infracional[...]”.

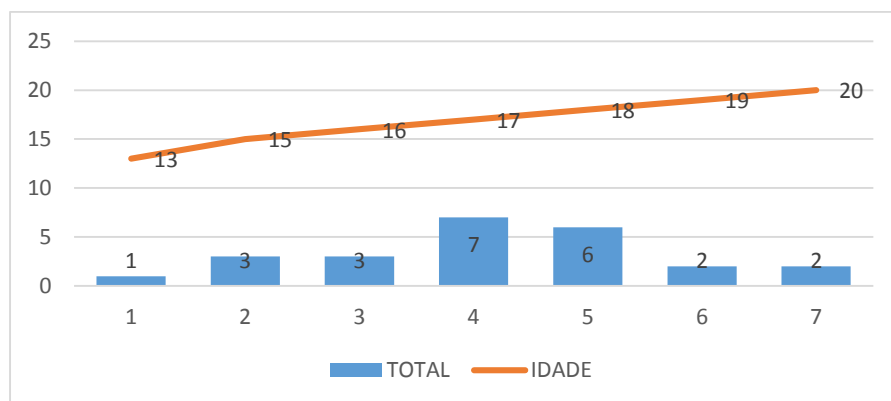
GRÁFICO 3- Idade dos adolescentes em liberdade assistida



Fonte: Poll, Clenair

Em relação à idade dos adolescentes, que cumprem medidas socioeducativas de LA, os dados demonstraram que os adolescentes iniciam a prática do ato infracional aos 13 anos de idade, passando por 14, 17, 18, 19 e 20 anos de idade. Foi verificado que entre os adolescentes pesquisados o início do processo de cumprimento das medidas, normalmente inicia 4 meses após ocorrido o fato. Os casos que demoram mais para dar início ao cumprimento, são os casos em que aparecem, o envolvimento de armas, ou contra a vida, nesses casos os processos tentem a demorar um pouco mais em seu transcurso judicial. Verifica-se o aumento significativo do cumprimento de medidas socioeducativas entre adolescentes de 17 anos de idade.

Gráfico 4 - Idade dos Adolescentes em Prestação de Serviço à Comunidade



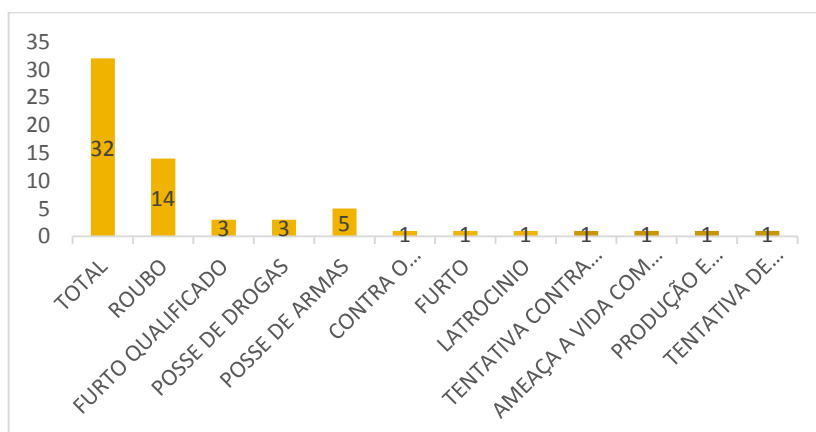
Fonte: Poll, Clenair

Os adolescentes que cumprem as medidas de PSC, praticam o ato infracional a partir dos 13 anos de idade, e também aos 15, 16, 17, 18, 19 e 20 anos de idade. Há um aumento significativo do cumprimento de medidas socioeducativas entre adolescentes de 15, 17 e 18 anos de idade. O que,

Em relação à faixa etária dos adolescentes, pode-se observar, (...), a escala ascendente a partir dos 12 anos de idade, iniciando com 1,2% e alcançando, aos 17 anos, seu índice máximo, com 29,2% dos adolescentes, sendo que a faixa etária predominante se situa entre 15 e 18 anos, com 82,8% dos adolescentes. Haveria de se mencionar a inclusão no cômputo de “adolescentes” entre 19 e 21 anos. (VOLPI, 2009. p. 58/59).

Nessa idade o adolescente deveria estar incluído na sociedade, no mercado de trabalho, participando de cursos de formação, e ou no mínimo estar praticando esportes em sua comunidade, ou seja, faltam espaços de inclusão aos jovens dessa idade.

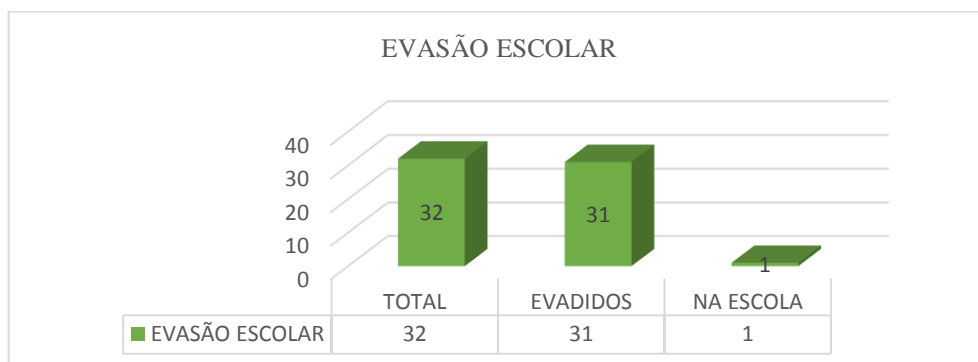
Gráfico 5 - Tipos de atos infracionais identificados



Fonte: Poll, Clenair

Analisando o cumprimento de medida socioeducativa de adolescentes por tipo de ato infracional, identifica-se como principais atos infracionais o roubo praticado: De 31 atos praticados, 14 foram roubo, e em segundo foi à posse de arma com 5 praticados, e posse de droga e furto qualificado com 3 praticas cada processo. Os demais são crimes contra o patrimônio como o furto, contra o patrimônio e a pessoa, como o latrocínio, contra a liberdade pessoal/individual, contra a vida, produção e tráfico de drogas e tentativas de homicídios, tiveram um ato em cada processo.

Gráfico 6 - Evasão Escolar

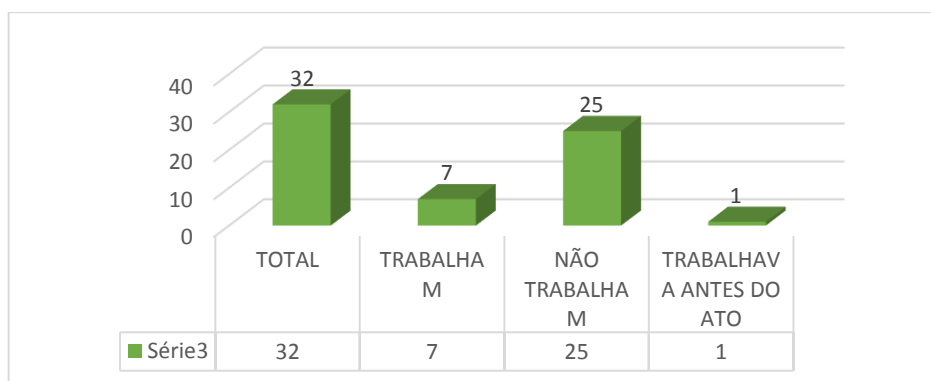


Fonte: Poll, Clenair

A título de amostra da situação de inclusão precária na vida social, em que os adolescentes do município e suas famílias vivem, verifica-se nos gráficos que consta a evasão escolar, a não inclusão no mundo do trabalho, o baixo rendimento salarial das famílias como expressões significativas da questão social. Depois de conhecer a realidade que vivem esses adolescentes, pode-se perceber a dificuldade que eles encontram em tentar viver de acordo com a lei, já que muitos dos seus direitos fundamentais lhes são negados.

Observou-se que os adolescentes que praticam o ato infracional, estão em sua grande maioria evadidos da escola, por motivos, já explicitados anteriormente, embora esse aspecto seja muito pouco explorado na socioeducação. A educação formal, é necessária para o adolescente ser socializado, embora, os dados sobre a evasão existam, não há profissionais suficientes para dar fazer a reflexão e com isso chegar a sensibilização da compreensão necessária dos adolescentes, em vislumbrar a escola como um veículo de crescimento social e intelectual.

Gráfico 7 – Inserção no mundo do trabalho

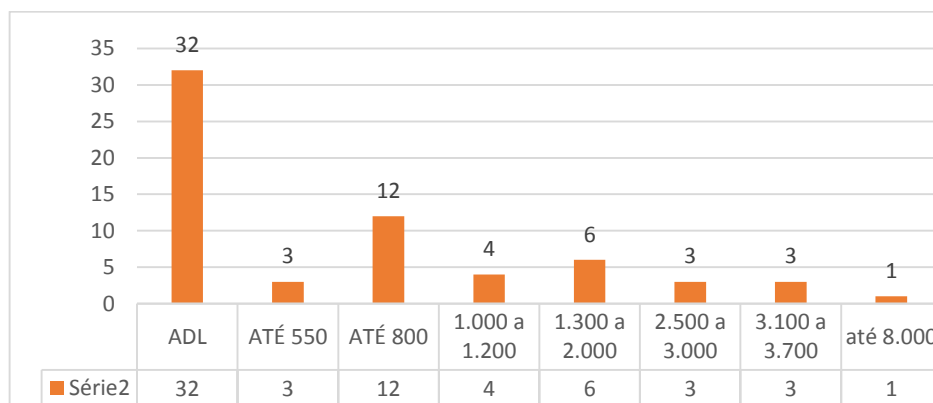


Fonte: Poll, Clenair

Existem regras subjetivas que impõem, pra ser “homem de bem”, deve ter trabalho, casa, carro, família, e outros bens de consumo. Para chegar a esse estágio, existe uma demanda de tempo, de estudo, formação, para os adolescentes que vivem o processo de informatização, as coisas acontecem rapidamente, como tudo acontece no mundo virtual. Como vamos esperar que adolescentes vivam anos nas escolas, para depois viverem como seus pais, com um pouco mais de um salário mínimo, porque se esforçar para estudar e trabalhar, se na sua consciência pouco ou quase nada poderá mudar em sua vida. Embora existam os programas do governo de inclusão de adolescentes no mundo do trabalho, ainda não chega a alcançar com a abrangência necessária, para atrair os adolescentes e os alcançar antes de muitos deles caírem no erro da prática do ato infracional.

Verificou-se que a família dos adolescentes infratores não está inscrita em qualquer programa social do governo, ou política social, e isso revela a situação de vulnerabilidade como no caso da maioria da família desses adolescentes, na área da saúde, educação técnica, cursos profissionalizantes, bolsa família, pronatec<sup>12</sup> entre outros. Os adolescentes, não tem compreensão da importância de sua participação na sociedade, dos processos democráticos participativos, para formação de políticas públicas para melhorar a realidade em que vivem, revelando então o motivo de sua inclusão precária na vida social.

Gráfico 8- Renda familiar



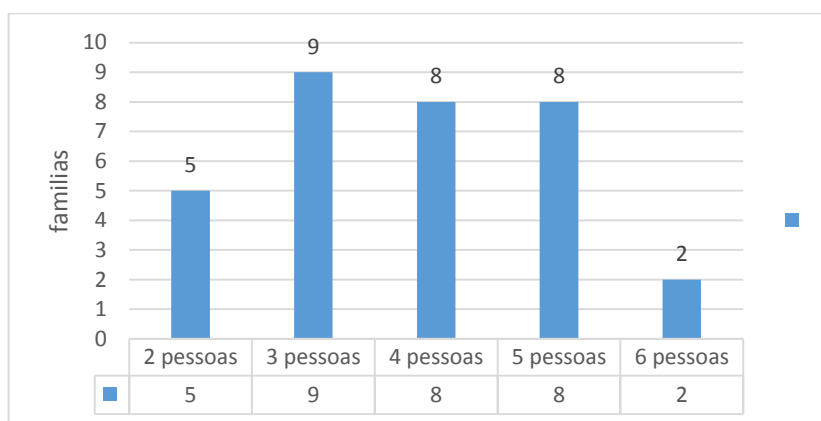
Fonte: Poll, Clenair

<sup>12</sup>O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. (Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br> acesso em janeiro de 2015. )

\*Assistente Social Maria Camila Guimarães responsável pelo serviço das MSE dos CREAS Renascer de São Borja-Ano 2014.

Pode se visualizar pontos em comum nas trajetórias pessoais e familiares entre os adolescentes em conflito com a lei, criando associações nos ciclos de vida. É o caso da grande quantidade de pessoas que vivem com renda de uma única pessoa da família, sendo suas subjetivações, uma das observações mais contundentes, na observação pois no mundo onde se observa, a busca do ter mais que o ser, como podemos buscar que adolescente compreendam sua situação de vida, se no dia a dia vivemos uma outra forma de vida, ainda mais os adolescentes que estão na idade da auto afirmação, como vão entender se afirmar sem ter o celular da moda, o carro, a roupa, seja o que for, para eles não importa a maneira, querem também ter.

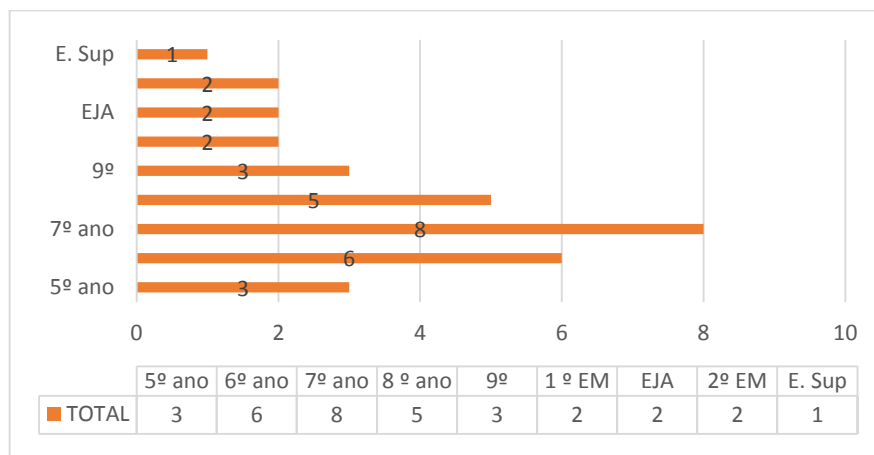
Gráfico 9 – Número de pessoas na família



Fonte: Poll, Clenair

A trajetória de vida dos adolescentes é marcada por baixa escolaridade; uso de drogas; subempregos; corroborando os perfis de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Percebe-se que a maioria dos adolescentes e suas famílias sobrevivem com uma renda média de meio salário, mínimo. Em relação à escola, geralmente evadem e tem baixo grau de instrução, não tem cursos de especialização para sua inclusão no mundo do trabalho. Sua família que geralmente é composta de quatro a cinco pessoas sobrevive da renda de apenas uma pessoa e a renda é baixa não sendo suficiente para satisfazer suas necessidades primárias.

Gráfico 10 – Grau de escolaridade



Fonte: Poll, Clenair

Dos 32 adolescentes pesquisados, 25 não concluíram o ensino fundamental regular. Esses números, evidenciam o quadro calamitoso e expressa a situação de precariedade que encontram se os adolescentes em relação ao preparo para a sua formação e enfrentamento ao seu futuro, no mercado de trabalho.

### Segundo VOLPI,

Os números de escolarização do Brasil, se comparados ao do resto do mundo, dão nos um retrato da situação calamitosa em que se encontra a educação brasileira: analisando se os dados do relatório situação mundial da Infância (UNICEF, 1994), constata se que em relação ao número de alunos matriculados na primeira série que concluíram o 1º grau em 1988, o Brasil só perde para a Guiné-Bissau( 8%) e o Haiti (9%).No Brasil apenas 22% chegaram a concluir o 1º grau no ano de 1988.( VOLPI, 2011.p.57)

Em suas respostas, quanto ao que pensam, os adolescentes que praticam o ato infracional sobre o cometimento, alguns dizem não pensar sobre o fato ocorrido, não ligam para isso e outros, acham que “o ato atrapalha a sua vida”, que “a vida fica mais difícil depois do cometimento do ato”, “fica marcado”. Entre os trinta e dois adolescentes que foram acompanhados pela assistente social, em seus relatos, ela revela que, apenas um deles disse que não mudaria em nada seu comportamento. Percebe se que a maioria quer ter um “futuro melhor, uma vida melhor, uma vida mais digna”.

Na análise dos dados muitos dos elementos de análise dos roteiros dos documentos, não foram contemplados pois são dados inexistentes em qualquer documento encontrados, entre os dados que tratam sobre a prática de ato infracional por



outros membros da família, por exemplo e o uso de drogas pelo adolescente e família. A idade em relação da família com os adolescentes, crianças e adultos. Sobre a acesso dos adolescentes sobre bens como, móveis, carro, moto, bicicleta, televisão cabo ou livre, internet, jornal, revistas, outros meios de comunicação, poucos deles tem acesso devido a baixa renda da maioria das famílias.

A partir da análise das informações obtidas pelo diagnóstico dos atendimentos socioeducativo no município de São Borja, compreende-se que para promover “condições para a construção e reconstrução de projetos de vida dos adolescentes que visem à ruptura com a prática de ato infracional” (Resolução CNAS nº109/2009) é necessário avançar quanto, oferta de políticas e serviços de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Pode se perceber que a convivência em grupo dos adolescentes existe, porém, não é para um objetivo em comum, que a sociedade almeja, para a construção de seu futuro, que desenvolvam suas capacidades de reflexões. Em geral eles se encontram com o objetivo de estar com a turma.

Quanto a reincidência, existem três casos acompanhados nessa pesquisa. Não existe um prazo determinado para a execução da medida, em geral, se o adolescente tem dois meses de medida para cumprir, levam cerca de três a quatro meses para o cumprimento. Dos 32 adolescentes, apenas um caso recebeu a medida e a executou dentro dos prazos. Quem faz o prazo é o adolescente em dialogo coma assistente social, mas é muito raro o cumprimento do prazo firmado entre as partes. Quando não há o cumprimento da medida pelo adolescente é realizado a busca ativa pela assistente social, pelo telefone ou na residência, até que o adl consiga executar a medida e fazer o encerramento, pelos meios legais. Assina o encerramento do cumprimento da medida no local da execução e leva a ficha de encerramento até o CREAS, encerrando a medida socioeducativa, sem débito com a justiça e sociedade.

Para o cumprimento da medida, os adolescentes podem escolher o local, onde pretendem executar. Em geral os adolescentes escolhem um local que fique perto de casa. Dos 32 adolescentes, apenas 2 deles e escolheram um local longe de sua comunidade de convivência para o cumprimento de uma medida socioeducativa.

A família deveria desempenhar um papel importante no cumprimento das medidas socioeducativas, porém o que vemos em geral são familiares ausentes. Em relação ao

acompanhamento, dos 32 adolescentes, 10 são acompanhados pelos pais no início do cumprimento da execução da medida.

Dos 32 adolescentes, verificou-se um caso, em que a mãe, após identificar o ato infracional cometido pelo adolescente, convence o filho a ir na delegacia de polícia para informar sobre a sua participação em um roubo a um mercado próximo a sua casa. Quando o adolescente chegou em casa, ela notou algo estranho no comportamento dele e o pressionou, a contar o motivo de seu abalo e o filho contou do ocorrido, indo imediatamente com o ADL na delegacia de polícia. Esse é um dos adolescentes que trabalhavam na época do cometimento do ato infracional.

No início do cumprimento da medida de socioeducação, os adolescentes, tem diálogos com a assistente social, sendo informados sobre o serviço. Dos 32 adolescentes, 30 deles são informados sobre o objetivo do serviço de socioeducação e desses apenas um deles disse não acreditar no serviço e todos menos um entende a sua responsabilidade em relação ao cumprimento e socialização.

Durante o projeto de intervenção executado pela estagiária e equipe, foi realizado um seminário de informação e formação para a rede de apoio, surgindo questões que foram dialogadas e escritas no questionário de avaliação sobre o acompanhamento dos adolescentes. Surgiram questões que revelam que, os profissionais responsáveis em receber os adolescentes para o cumprimento das medidas socioeducativas, as de prestação de serviço à comunidade.

Os profissionais informaram que não sentem-se preparados para fazer a socioeducação e nem mesmo conhecem ou discutem sobre o desempenho da função, ou seja, as pessoas que vão para a formação na justiça não repassam a informação para a equipe e nem sabem da necessidade de formação para que a socioeducação aconteça.

Os profissionais falaram que sentem necessidade de formação sobre o cumprimento da socioeducação dos adolescentes e da rede que recebem para o cumprimento da medida socioeducativa. A rede não está adequadamente preparada para exercer seu papel.

Com este relato de pesquisa tem-se como finalidade a intenção de que pela reflexão crítica da análise de dados, seja possível oferecer subsídios que contribuam para a formulação de ações de políticas públicas, que desenvolvidas, visem à socialização do adolescente em conflito com a lei e quiçá a diminuição do índice da prática do ato infracional e em consequência o cumprimento de medidas socioeducativas no município.

#### 4.3 A política das medidas socioeducativas do C.R.E.A.S. Renascer

Esta etapa do trabalho, aborda o serviço executado em relação aos adolescentes que cumprem M.S.E. e são acompanhados pelo C.R.E.A.S. Traz a abordagem do serviço social considerando as falas do assistente social e a expressão da questão social como objeto de intervenção profissional do assistente social.

Os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (C.R.E.A.S.), são instituições pública de Proteção Social Especial, da política de assistência social instituídos pelo Sistema Único da Assistência Social (S.U.A.S.), formados por equipes de referência para prestar ações de média complexidade, criado conforme artigo 3º, parágrafo da Lei nº 8.742/93, alterada pela lei nº 12.435/2011 e se configura como unidade pública do Estado.

O CREAS, instituição de serviço socioassistencial, surgem a partir da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nº 109 de 11 de novembro de 2009 que são criados para atender um público específico, a partir da prestação de serviço de proteção social às famílias. Assim, organiza os serviços por níveis de complexidades de acordo com o sistema único de assistência social – S.U.A.S. e conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial relativo ao Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

São prestados no CREAS Renascer, os Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (Brasil,2009, Resolução nº 109 do CNAS, anexo 4)

A Constituição Federal (1988) trouxe uma nova concepção para a assistência social brasileira, que foi incluída do âmbito da seguridade social pela regulamentação da lei Orgânica da Assistência Social (L.O.A.S.) em 1993. Logo surge a Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais, pela necessidade da organização dos serviços prestados pelo S.U.A.S., como a política social pública, onde os direitos sociais são garantidos e “[...] como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do “bem-estar social brasileiro”

concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social”. (BRASIL, 2004 resolução nº 145 da PNAS, item 2 p.32)

Portanto quando da universalização dos direitos, surgem os acessos e a responsabilidade do Estado, com o avanço e pelas lutas sociais. Na L.O.A.S. nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em seu art.1º encontramos a afirmação de que “*A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado[...]*”, determinando que, seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil.

A partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social em que houve deliberação e implantação do SUAS, cumprindo então a deliberação o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que passou a articular meios, esforços e recursos para a execução dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais. O SUAS passou a organizar a oferta da assistência social em todo o Brasil, com o fim de prestar a proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos em fim, a todos que dela necessitar.

Essas ações são baseadas nas orientações da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004. Sendo que a política da assistência social deve se efetivar em consideração às desigualdades, garantindo os mínimos sociais, tendo como centralidade a família levando em consideração à igualdade e direito a todos.

Conforme a L.O.A.S, em seu artigo 1º, “*A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.*” A Política Nacional de Assistência Social define como um de seus objetivos “[...] *assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária*” Tendo como usuários, [...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção

no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004 resolução nº 145 da PNAS, item 2.4, p.34)

Pela configuração de serviços o CREAS Renascer, cumpre seu papel como instituição de proteção social especial de média complexidade, oferecendo atendimento a pessoas que tem seus direitos violados, porém não sofreram quebra de vínculos, como prevê o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (P.A.E.F.I.), que descreve ser, Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias, diante o conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. (Brasil, 2009, Resolução nº 109 do Cartilha da Tipificação, p.19)

Em relação à qualidade dos serviços ofertados pelo CREAS, os recursos humanos se constituem como elementos fundamentais do trabalho. A vinculação da equipe com a família, se efetiva como um dos principais elementos para a qualificação na oferta da atenção especializada, enfatizando que os serviços prestados são: [...]às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento. No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito. (BRASIL, 2004 resolução nº 145 da PNAS, item 2.5.2, p.38)

Os serviços prestados pelo CREAS Renascer iniciaram-se em 2009, quando aconteceram movimentos de transformação, legalizando a Instituição que funcionava com outra denominação, com atendimento de abrangência regional e acordo com a Tipificação nacional de serviços socioassistenciais, iniciou-se no dia, 01 de julho de 2011, deixando de atender a região e passando a funcionar com uma configuração municipal. Em seu atendimento o CREAS respeita à individualidade de cada pessoa, cada família, suas crenças, origens, na procura por buscar na articulação com outros serviços socioassistenciais nas diferentes políticas

públicas uma forma a garantir a intervenção e tentar restaurar o direito perdido ou negado. Segundo a P.N.A.S. (2004).

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil, tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, entre outras. (BRASIL, 2004 resolução nº 145 da PNAS, item 3.1.1, p.42)

Dentro disso a Instituição no município conta com uma equipe técnica de: 02 (dois) Assistentes Sociais, 03 (três) Psicólogas, 01 (uma) Advogada que responde pelo serviço, sem cumprimento de horário na Instituição, 02 (dois) servidores de nível médio, 02 (dois) servidores com formação profissional inespecífica, 02 (duas) estagiárias do Serviço Social e 01 (uma) coordenadora.

Cumpra aqui destacar que o CREAS Renascer, oferece os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (P.A.E.F.I.); Serviço Especializado em Abordagem Social; *Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA)*, e de *Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)*; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Serviço de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto foi tipificado pela Resolução nº 109/09 do Conselho Nacional de Assistência Social como responsabilidade do CREAS. Os adolescentes em cumprimento de medida de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, no CREAS Renascer, são atendidos em dias diferentes para a sua organização, sendo que na segunda feira e quarta-feira de manhã, são reservados para aguardar os adolescentes, que devem vir a entidade para dar início ou finalização no processo de cumprimento das medidas determinadas pelo Juiz da Infância e da Juventude.

Nesses dias os adolescentes e pais são recebidos pela equipe para dar início ao trabalho da socioeducação, quando são realizadas as primeiras abordagens sem vistas para a construção de resistências e de novas formas de relações sociais de vidas aos adolescentes. Iniciam as estratégias de enfrentamento a prática do ato infracional. Conforme a dialética nenhum fenômeno pode ser compreendido quando encarado isoladamente, portanto, conhecer a trajetória de vida dos adolescentes, para poder alcançar uma estratégia de enfrentamento e com isso conseguir quem sabe uma mudança qualitativa em suas vidas.

#### 4.4 O Serviço Social e o profissional assistente social nos serviços de medidas socioeducativas

O serviço Social na instituição, inicia a prestação de seu serviço desde sua criação, sendo unidade centralizada de referência especializada em assistência social do município, portanto não existe sem a presença do profissional do Serviço Social e tem uma equipe que deve atuar em conjunto. O que comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção. Neste sentido, o Serviço Social,

[...]tem na questão social um dos elementos fundantes da profissão, uma vez que seus profissionais historicamente trabalham na execução das políticas sociais públicas que constituem respostas as diversas expressões da questão social produzidas pela sociedade capitalista. Na contemporaneidade, os profissionais do Serviço Social, tem se deparado tanto com o aprofundamento da questão social, em função de suas novas configurações, e, conseqüentemente com o aumento de demandas no seu cotidiano profissional, quanto a desqualificação dessa mesma questão social. (ARAÚJO e BEZERRA, 2005.p.1)

A relação do trabalho do serviço Social está ligada à política de assistência social, preconizando o trabalho na política de atendimento e na gestão dos processos de trabalho da unidade de serviço, com o planejamento, monitoramento, avaliação das ações, organização, execução direta do trabalho, além do relacionamento cotidiano com a rede e o registro de informações, sendo que toda demanda do serviço, passa pelo serviço social. A prática dos Assistentes Sociais no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é de suma importância visto que esses profissionais participam do processo de apreender as várias expressões da “questão social” geradas pela relação antagônica entre capital e trabalho. “[...] *as diversas expressões da questão social colocam limites e desafios de intervenção para o assistente social, exigindo um exame atento das relações que se processam no mundo do trabalho, (...)onde as contradições e mazelas de uma sociedade com elevados níveis de exclusão social emergem com força*”. (ARAÚJO e BEZERRA, 2005 p.1)

Para o desenvolvimento no trabalho no CREAS a profissional se utiliza de mecanismos próprios da profissão em suas atividades, como os instrumentos legais, Código de Ética

Profissional, Política Nacional de Assistência Social, Parâmetros de atuação dos profissionais agentes da política de assistência e a Lei Orgânica da Assistência Social. Conforme o código de ética profissional, o assistente social tem ampla autonomia no exercício de sua profissão, sendo que a definição das estratégias e o uso dos instrumentais técnicos devem ser estabelecidos pelo próprio profissional. Sendo que,

O trabalho socioeducativo tem sido requisitado aos profissionais que atuam nas mais diversas áreas, quer seja na esfera pública, quer na esfera privada. Diante das exigências identificadas na sua execução, não deve ser analisado sem o reconhecimento do Serviço Social como profissão e sem analisar as condições para sua efetivação”. Consultando a legislação social vigente no país, a Lei Orgânica da Assistência Social, lei nº 8.742, de 7/12/1993, o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Política Nacional da Assistência Social, e as demais, o trabalho socioeducativo é focado como uma das possibilidades de acompanhamento do desenvolvimento das famílias atendidas na rede socioassistencial. (TORRES,2009. p.203)

Convém que o assistente social deve organizar seu trabalho com autonomia e criatividade, em consonância com as demandas específicas da realidade em que intervém, pois,

[...]a inserção do assistente social, a partir de um recorte de uma dada realidade (...), em um determinado momento histórico (a partir dos anos 90), não pode pois ser realizado sem levar em conta os determinantes estruturais e conjunturais que influem de forma decisiva para que a realidade estudada se apresente com certas configurações e reconfigurações. As demandas que se fazem presentes cotidianamente no Serviço Social resultam de processos que são originários de questões que, ao nível da aparência, não parecem ter relação com as filas, as longas esperas, as vias crucis, a falta de atendimento, os rostos e corpos cansados, famintos e desesperançados. (ARAÚJO e BEZERRA, 2005.p.1)

Os adolescentes pela prática do ato infracional, são apontados, rechaçados, e demonstram estar desestimulados para reconstruir suas vidas. Reconhecem que necessitam voltar a estudar, pois sem acesso à educação, não podem se inserir no mercado de trabalho, e nem buscar por si mesmos garantir os direitos que lhe forma negados. Porém a minoria deles demonstra ter vontade de voltar a estudar. Essa é uma das contradições que o assistente social busca enfrentar em seu trabalho diário, desde os “[...]*primórdios da profissão, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais é direcionado majoritariamente à população que vive em condição de vulnerabilidade social e em condição de pobreza. Excluída do processo produtivo, do acesso da produção de bens e serviços, essa população procura no assistente social o profissional que poderá ampará-la, orientá-la para que possa usufruir do bem-estar social*”. (TORRES, 2009.p.208.grifo nosso)

Os profissionais deverão buscar respostas a essa população que muitas vezes anseia por direito que lhes são negados.



#### 4.4.1 A Expressão da Questão Social como objeto de intervenção profissional

Para Yamamoto (2007), a questão social é a base fundante do trabalho do serviço social, apreendida como conjunto das expressões da desigualdade da sociedade capitalista madura, que enxerga na produção social e cada vez mais coletiva, o trabalho cada vez mais social, porém os frutos do trabalho, cada vez mais privados, monopolizados por parte da sociedade. Os profissionais do Serviço social, assistentes sociais, se deparam, todos os dias,

[...] com as mais variadas expressões da questão social, como a violência, a pobreza, o desemprego, a falta de acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à habitação, etc. Esses profissionais intervêm em situações em que os idosos sofrem a violação de direitos previstos constitucionalmente, as crianças e adolescentes estão envolvidos com o narcotráfico, as mulheres são vítimas de violência, [...] evidenciadas nos processos de trabalho, nos quais os assistentes sociais se inserem. A apreensão dessas situações como expressões do conflito entre capital e trabalho demarca a especificidade do Serviço Social no espaço sócio ocupacional. [...] Os assistentes sociais buscam o conhecimento de como os processos decorrentes da estrutura econômica da sociedade produzem a questão social e como se interpenetram e se manifestam, [...] A apreensão constitui-se como um modo de desvendar a realidade a partir das categorias centrais do método dialético-crítico, que são a historicidade, a totalidade e a contradição. (FERREIRA, 2010, p. 2).

Conforme Yamamoto (2007), a maior dificuldade dos profissionais atualmente é em função da forma no qual desenvolve seu trabalho. Pois os profissionais devem ir além, no cotidiano do trabalho, ir além da aparência, buscar na essência a resolutividade para os embates diários e buscar alternativas de trabalho para ir além do proposto,

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do serviço social com os tempos atuais é necessário romper com essa visão *endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social*, prisioneira em seus muros internos. [...] Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativa e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. Em fim ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2007, p.3, grifo do autor).

Portanto, as mediações que expressam a questão social na dupla perspectiva, buscando entender as várias expressões da desigualdade, e as novas formas de resistência em defesa da vida. Desvendar as expressões da questão social no espaço sócio ocupacional onde está inserido é um desafio para os assistentes sociais, pois é através do reconhecimento do espaço, que ele terá condições de desvendar a realidade, podendo a partir daí construir mecanismos que possibilitem construir estratégias frente às demandas que surgem em seu cotidiano.

Segundo Yamamoto, (2011), “*um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes*

*no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”*. (IAMAMOTO, 2011.p.20, grifo do autor).

O Serviço Social tem sua particularidade profissional pelo objeto de estudo e intervenção. Sendo que esse objeto tem uma visão que só o Serviço Social tem do homem e do mundo, porque se preparou para isso. Tem compreensão do homem e do mundo em uma perspectiva teórica crítica em relação ao modo de produção capitalista, defendendo a idéia de que, para trabalhar esse objeto existe a necessidade de uma ação política, que busca pela essência e não ficando apenas na aparência. Como por exemplo no desconstruir o entendimento que são alardeados, sem estudos aprofundados, em temas como no caso da prática do ato infracional, defendendo a ideia de que, os adolescentes podem mudar se tiverem uma chance de construir suas vidas.

O assistente social atua, através de análises de realidade social, na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais que buscam a preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e da justiça social. Porém existem demandas em excesso, e também limites impostos à profissão, que vão além do querer que o serviço funcione. O processo de trabalho, não depende só do assistente social, mas de vários aspectos que muitas vezes são até contraditórios ao processo, que muitas vezes impedem o trabalho de ser executado com qualidade. Como exemplo, atender a demanda cada vez mais crescente, com uma equipe pequena para todo o atendimento, sem falar de toda a documentação necessária para o acompanhamento de toda essa demanda, que passa pelas assistentes sociais. Mesmo que, o profissional tenha vontade, fica visível sua incapacidade para atender, embora, sabe-se que,

(...) a direção construída por uma profissão é fruto da sua organização coletiva e é assimilada de forma heterogênea a partir do modo como os profissionais entendem e avaliam sua importância para a conformação do Serviço Social. O exercício profissional do assistente social ocorre mediante a explicitação dos elementos e condições socialmente determinadas que lhe garantem identidade, visibilidade, concreticidade e impulsionam sua direção. (TORRES, 2009.p.209)

Durante as visitas realizadas a assistente social tem como objetivo, ouvir e através de diálogos com os pais, trazer uma reflexão com eles e com os adolescentes para o enfrentamento do problema da prática do ato infracional e as desigualdades. Porém o limite de atuação do assistente social encontra dificuldades porque ele mesmo, também é um trabalhador assalariado e depende das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder da classe, para o enfrentamento dos problemas sociais identificados, ou seja, não está apenas na “mão” dele resolver os problemas que se apresentam e que (...)refletem as mazelas que o capitalismo produz e que se traduzem em necessidades de todas as ordens, seja em relação às pessoas que

usam o sistema(...), seja em relação ao próprio sistema, que reflete em nível micro as questões societárias. (ARAÚJO e BEZERRA, 2005. p.1)

A partir daqui traremos pontos importantes que obtivemos com a entrevista da assistente social da entidade C.R.E.A.S. 1- “Você acredita que as expressões da questão social determinam a prática o ato infracional”

*- bem eu vou começar te trazendo que há pouco fizemos um diagnóstico e vamos falar sobre ele. “Este diagnóstico objetiva apresentar dados da realidade do município referentes as Medidas Socioeducativas e contribuir na identificação dos fatores que estão atrelados a prática do ato infracional por adolescentes. Servindo de base para o planejamento de ações no âmbito de execução de Medidas Socioeducativas, que possibilitarão a construção de novos projetos de vida destes adolescentes, bem como o rompimento com a prática do ato infracional”. (Informação verbal da assistente social do C.R.E.A.S.) \**

Fazendo análise das respostas que a assistente trouxe quando da entrevista, pode-se perceber o empenho na construção de um Plano para a resolutividade no sentido da socioeducação, com um diagnóstico realizado este ano de 2014, dos dados referentes às MSE, compreendido no período de julho de 2011 a julho de 2014. Esta sondagem foi realizada para um planejamento do futuro das ações dos próximos 10 anos do serviço das MSE do município de São Borja. Ela continua falando: *No período analisado de Julho de 2011 a Julho de 2014 verificou-se o cumprimento de 280 Medidas Socioeducativas no município de São Borja. “Existe um salto em relação a idade de cumprimento de medidas, que 63% das medidas socioeducativas são de adolescentes da faixa etária dos 16 anos aos 18 anos”. A partir da análise dos Processos referentes a cada Medida Socioeducativa cumprida por adolescentes no período correspondente de Julho de 2011 a Julho de 2014 identificou-se que das 280 MSE cumpridas, 60 foram cumpridas pelo sexo feminino e 220 pelo sexo masculino. Correspondendo a 21,4 % e 78,6 % respectivamente.*

*No período analisado de Julho de 2011 a Julho de 2014 em que foram cumpridas duzentas e oitenta medidas socioeducativas verificou-se a execução de: 11 MSE de Liberdade Assistida, 254 MSE de Prestação de Serviço à Comunidade, 13 MSE de Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida, e 2 MSE de Advertência, representando respectivamente 3,9%; 90,7%; 4,6% e 0,7% das Medidas Socioeducativas cumpridas.*

Em um comparativo com os dados dessa pesquisa, ela encontra-se na mesma proporcionalidade. Conforme a assistente social, os adolescentes que estão nessa faixa etária, 16 anos aos 18 anos, passam por uma carência na área de projetos sociais a eles desenvolvidos e portanto devem *“ser executados políticas públicas para suprir a carência dessa faixa etária”*.

Outro item que chama atenção na fala da assistente social, é quanto à questão da vulnerabilidade social das famílias, sendo que o diagnóstico foi analisado em função da renda das famílias e não a sua situação de vulnerabilidade. O diagnóstico para o plano foi organizado através de territorialização e por quantidade de ato infracional encontrados em relação a demandas de medidas dos anos abrangentes, porém, conforme a mesma, existe sim a falta de inclusão social nos casos de prática de ato infracional, só que o diagnóstico não foi realizado com esse aspecto. Conforme suas palavras, *“existe sim uma maior vulnerabilidade, uma falta de acesso a emprego formal, tem muitos recicladores, pessoas que realmente não conseguem se inserir. A família como um todo muitas vezes não consegue se organizar e os atos infracionais que aparecem, são relacionados a isso”*.

Diante disso, conforme a assistente social, o município está se organizando em um Plano, através de eixos, em cima do plano nacional para as medidas socioeducativas: *“O eixo da gestão da qualificação do atendimento, e da segurança pública, primeiro compor todos os eixos e depois propor as ações para esses adolescentes, e aí em cada política, se tem uma análise, onde pode atender esse adolescente e as carências pra poder fazer o atendimento, isso tudo está em um processo de planejamento de ações, e aí englobam ações conjuntas de cada secretaria [...]”*

Sabe-se da importância do planejamento das ações em qualquer serviço, ainda mais no acompanhamento social aos adolescentes durante o cumprimento de medida sócio educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, a profissional busca inserir o adolescente em serviços e programas socioassistenciais. Segundo Torres 2009, (...) *afirmar que a matéria-prima do trabalho do assistente social incide sobre as expressões da questão social e, fundamentalmente, sobre como elas são experienciadas, de forma singular, pelos usuários dos serviços prestados pelo assistente social é uma das formas de reconhecimento da perspectiva sócio-histórica e da afirmação de que o Serviço Social é trabalho”*. (Torres, 2009.grifo nosso). Na pesquisa foram observados os limites impostos aos profissionais em seu dia a dia, com a demanda excessiva, para uma equipe deficitária em número de profissionais, e mesmo em sua capacidade de atendimento.

Inerente à sociedade capitalista, por meio das expressões da questão social, possível identificar as desigualdades, a exclusão social vivenciada pela classe subalterna com a qual o assistente social lida cotidianamente. Yasbek (1999) analisa que: *[...] a subalternidade é aqui entendida como resultante direta das relações de poder na sociedade e se expressa em diferentes circunstâncias e condições da vida social, além da exploração do trabalho. (ex: a condição do idoso, de mulher, de negro, etc)* (1999, p. 95). Mesmo vivendo sob condições adversas, a mesma classe apresenta vias de resistência a essa estrutura social quando reivindica sua inserção nos serviços mantidos

pela rede de proteção social como uma das formas de enfrentamento para suprir suas necessidades. (TORRES, 2009. p. 210 apud YASBEK grifo nosso)

Para tanto o profissional procura desenvolver suas ações voltadas para o fortalecimento de vínculos familiares, através do encaminhamento para as demais instituições, como Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, Centro dia para Idosos, CAPS e CAPS- AD, entre outras.

Contrariando a íntegra da conformidade ao cumprimento da legislação. Na exemplificação das lacunas estão, os poucos profissionais para atender o aumento visível da demanda, nos casos de adolescentes para o cumprimento das medidas socioeducativas, apenas uma equipe para uma população de 63.089 habitantes<sup>13</sup> e a falta de diálogo constante entre as políticas públicas, existentes, como a saúde e educação, para o atendimento dos adolescentes na prática do ato infracional.

Acredita-se que a viabilização e execução de políticas públicas que reduzam a concentração de renda, a exclusão, o desemprego e as desigualdades sociais representam alternativas eficazes diante do problema do ato infracional, em detrimento de iniciativas paliativas de institucionalização, segundo a análise da pesquisa realizada sobre o perfil do adolescente que comete a prática do ato infracional no município de São Borja.

---

<sup>13</sup> IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010;

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre a prática do ato infracional com as expressões da questão social presentes no cotidiano de vida dos adolescentes, a fim de estabelecer subsídios que contribuam no processo de conhecimento e intervenção realizados pelos profissionais responsáveis pelo planejamento e operacionalização do cumprimento das medidas socioeducativas. Tendo como base a análise dos resultados, foi possível identificar a relação entre a prática do ato infracional com as expressões da questão social presentes no cotidiano de vida dos adolescentes, que cumprem medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à comunidade e Liberdade Assistida, surgindo pela análise de pesquisa, processos de inclusão precária na vida social, como categoria explicativa da realidade que mais pode surtir efeito na prática do ato infracional dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Pode-se concluir, com base nas coletas de dados realizadas, que os adolescentes que praticam o ato infracional do município de São Borja são em sua maioria pessoas que têm se tornado homens socializados a partir de seu desenvolvimento, e conforme a fala da assistente social, em sua maioria, não voltam a praticar o ato infracional, porque são adolescentes que pela não opção de outras formas de vida, acabam por optar pela prática do ato infracional.

A pesquisa primou pela mostra da realidade de vida dos adolescentes e nesse sentido percebeu que ao traçar o perfil social e econômico dos adolescentes em conflito com a lei do município, identificou no processo precário de inclusão na vida social, que a provável causa dos delitos causados pelos adolescentes derivam das mais variadas expressões da questão social, geradas pela desigualdade social, como a evasão escolar, a não inclusão no mundo do trabalho, baixa escolaridade, a não inclusão em cursos de formação em cursos técnicos, a falta de acesso a bens de consumo pela baixa renda familiar, que talvez os induzem a prática do ato infracional, haja vista vivermos em um mundo do consumo, do ter para ser.

Conforme verificado nos 32 casos de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, existem apenas dois casos de reincidência acompanhados. Nesse caso pode se dizer que as medidas socioeducativas aplicadas permitem a socialização do adolescente em conflito com a lei no município de São Borja, ou seja estão tendo o alcance em relação a não reincidência dos adolescentes na prática do ato infracional, sendo que o índice de reincidência é baixo.

As ações desenvolvidas pelo CREAS Renascer, no acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no município de São Borja tem surtido efeito bom em relação ao cumprimento dos serviços, os profissionais, fazem um grande esforço para alcançar uma menor reincidência de casos da prática do ato infracional.

Conforme mostram os gráficos da pesquisa, a maioria dos adolescentes estão em processos de inclusão precária na vida social como, situação de evasão escolar, exclusão do mercado de trabalho, exclusão de cursos de formação profissional, não participam de grupos de lazer e ou integração social, alguns usam drogas, não estão inclusos em programas de assistência social e a renda familiar da maioria é de menos que, meio salário mínimo por pessoas, sendo alguns dos prováveis motivos da crescente demanda da prática de ato infracional.

O mundo capitalista em que vivemos atualmente, violento, consumista ao extremo, pode ser um dos fatores que contribui para que os adolescentes percebam o ato infracional como algo normal e não passível de punição. Portanto os adolescentes que cometem atos infracionais, estabelecem em suas vidas a desproteção social. A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e da Constituição Federal de 1988, os adolescentes em conflito com a lei, iniciam a ser considerados sujeitos de direitos e suas demandas passam ser reconhecidas. Logo, as medidas socioeducativas existem, como uma forma de proteção social a esses sujeitos de direitos, amparados pela lei. Sempre que exista a relação entre orientador e adolescente infrator, estabelecidas durante o processo de cumprimento da medida, haverá a possibilidade de mudança de comportamento. Estas ocorreram desde que existam além das medidas socioeducativas, políticas sociais de inclusão, para os adolescentes que vivem em condições precárias de vida, para os que são vítimas da desproteção social e vulneráveis, podendo a qualquer momento de suas vidas cometer ato infracional.

Na busca por desvendar as políticas públicas direcionadas aos adolescentes em conflito com a lei no município, observou se que a equipe responsável pelo planejamento das ações e pelo atendimento das medidas socioeducativas do município de São Borja, busca no planejamento do futuro de suas ações a melhora em seu atendimento. A equipe do atendimento das medidas socioeducativas, entende que necessita melhorar e busca no apoio junto as outras Políticas Públicas, se organizar para o futuro das ações de resolução ao enfrentamento a demanda crescente de medidas socioeducativas dentre adolescentes, principalmente buscando

a maior prioridade no atendimento das ações de prevenção para os adolescentes que estão na faixa entre os 16 anos aos 18 anos de idade, que conforme mostram os gráficos, estão mais suscetíveis de incorrer na prática do ato infracional, por estar mais suscetíveis ao problema social. O resultado da pesquisa deve servir de base para as ações de socioeducação, rompendo com a prática do ato infracional e possibilitando aos adolescentes, novos projetos de vida.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (Org.); ANDRADE, E. R. (Org.); ESTEVES, L. C. G. (Org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC, UNESCO, 2007. v. 27. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2014.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina: Práxis.2007

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte; BEZERRA, Sueli de Oliveira. **A Inserção do Assistente Social no Complexo Hospitalar e de Atenção à Saúde da UFRN no Contexto da Agudização da Questão Social**.

Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v7n2\\_suely.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_suely.htm)> Acesso em: 12 de dezembro de 2014

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1977. Edição Revisada e Atualizada. Lisboa Portugal: EDIÇÕES 70, Lda, 2009.

BASTOS, Maria Aparecida de. Direito da Criança e do Adolescente e Tutela Jurisdicional Diferenciada. RT, São Paulo, 2002, pág. 26. **Teoria da situação irregular**. 2002. Disponível: <[http://www.ucg.br/site\\_docente/jur/maria\\_aparecida/pdf/teoriadasituacao.PDF](http://www.ucg.br/site_docente/jur/maria_aparecida/pdf/teoriadasituacao.PDF)> acesso em 12 janeiro de 2015.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. The historic particularity of Social Work research. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. 2007. Florianópolis: Revista Katálysis. Ensaio. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300005)>acesso em 17 de julho de 2014

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de edições Técnicas, 2011.

BRASIL. Lei 8.069 (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2ª Edição. Brasília: SEEP. 2010.

BRASIL. Lei nº 6.697(1979). **Código de menores**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm)> acessado em: 05/12/2014

BRASIL. Lei nº 12.594 (2012). **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112594.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.html)>. Acesso em 12 de julho de 2014.

BRASIL. Lei nº 8.742 (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília- DF. Secretaria Nacional de Assistência Social- SNAS. Projeto gráfico: ASCOM- Assessoria de Comunicação/ Publicidade do Ministério do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MD, 2009.

BRASIL. Resolução nº 109 (2009). **Livro da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download>>acesso em 12 de julho de 2014.

BRASIL. Resolução nº 145 (2004). **Plano Nacional da Assistência Social- Norma Operacional Básica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUASsem%20marca.pdf>> Acesso em 10 de maio de 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE** (2013). Brasília: Presidência da República, Secretaria dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>> Acesso em 12 de maio de 2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: ed. Atlas, 1981.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5. Ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BRASIL, Portal. Da Era Industrial até os dias atuais: o que mudou nos acordos entre empregados e patrões no Brasil e no mundo. **Evolução das relações trabalhistas**. Revista online artigo-Portal Brasil, 2011. Todo o conteúdo deste site está publicado sob a licença Creative Commons CC BY ND 3.0 Brasil. Disponível: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/evolucao-das-relacoes-trabalhistas>>acesso em 20 de julho de 2014.

FERREIRA, José Wesley. **Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 209 - 217, ago. /dez. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 5. Ed.. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **OS SEM TERRA, ONGs E CIDADANIA: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_, **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

JUNIOR, Caio Prado. **Evolução Política do Brasil-Colônia e Império**. Brasília: Brasiliense, 1983.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas S/A 2007.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo**. Título original: **Le capitalisme**. Primeira Edição: Enciclopédia Universalis, 1981. Fonte da Presente Tradução: Ernest Mandel Archives Internet.

Tradução para o português: Eduardo Velhinho. Disponível em:

<<http://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>> acesso em 23 de novembro de 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996 Livro I, tomos 1 e 2.

MENEZES, Carlos Alberto. 1 Simpósio Internacional do Adolescente. **Os limites da idade penal**, São Paulo (SP) [online]: Artigo digital Scielo, 2005.

Disponível: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000200051&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000200051&script=sci_arttext)> Acesso em: 15 de novembro de 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. São Paulo: Revista Serviço Social e Sociedade, nº. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULA, João Antonio (Org.) **O ensaio Geral: Marx e a Crítica da Economia Política (1857-1858)**. Brasília: Autêntica, 2010.

PINHEIRO, Márcia da Silva. **Aspectos Bio-psico-sociais da Criança e do Adolescente**.

Ano? Trabalho publicado por: [cedeca@cedeca.org.br](mailto:cedeca@cedeca.org.br) Disponível

em: <[www.cedeca.org.br/.../3883a852-e760-fc9f-57158b8065d42b0e.pdf](http://www.cedeca.org.br/.../3883a852-e760-fc9f-57158b8065d42b0e.pdf)>. Acesso em 20 de maio de 2014.

POLL, Clénair. **Relatório de Estágio no CREAS Renascer de São Borja**. São Borja: 2014 relato não publicado.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

SALES, Mione Apolinário. **(In) visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da questão social no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva**. São Paulo: Revista Serviço Social e Sociedade nº 111.p. 430-449, 2012.

TEJADAS, Sílvia. **Juventude e Ato Infracional: o sistema socioeducativo e a produção da reincidência**. Artigo de dissertação de mestrado intitulada: Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência, apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2005. Disponível em:

<<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/disserta%C3%A7%C3%A3o%20juventude%20e%20o%20ato%20infracional.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: ATLAS S.A, 2011.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo**. Revista Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n.1, 202 p. 202-227, jul/dez. 2009. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009\\_2/85\\_As%20multiplas%20dimensoes%20presentes%20no%20exercicio%20profissional%20do%20assistente%20social%20artigo%20ultima%20versao\\_publicar.pdf](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009_2/85_As%20multiplas%20dimensoes%20presentes%20no%20exercicio%20profissional%20do%20assistente%20social%20artigo%20ultima%20versao_publicar.pdf)> Acesso em 20 dezembro de 2014.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. (Org). **Desigualdade e a questão social-3.ed.rev.e ampliada**-São Paulo: EDUC,2008.

VOLPI, Mario. (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2011.

YASBECK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil**. Temporalis, Brasília, n. 3. Brasília, 2001.

## APÊNDICE A

Questionário para realizar com a assistente social do CREAS, na pesquisa os adolescentes em conflito com a lei no município de São Borja: a prática do ato infracional e a relação com as expressões da Questão Social, como parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social.

1) Você acredita que as expressões da questão social determinam a prática o ato infracional? *Sim, só que eu acredito que não é a vulnerabilidade econômica que faz com que o adolescente pratique o ato infracional e sim o não acesso as outras políticas de inclusão social, só que eu quero te falar sobre o diagnóstico que fizemos sobre as práticas dos atos contra a lei para o planejamento das ações.*

2) Como você pode contribuir para que os adolescentes em conflito com a lei, obtenham autonomia pessoal e social? Mas é isso que falei posso falar do plano? E daí em diante a assistente social inicia a falar do planejamento das ações futura para as MSE.

3) Analisando os documentos disponíveis no CREAS identificamos que alguns adolescentes atendidos não finalizam as medidas o cumprimento das medidas no tempo exigido pelo Poder Judiciário. Porque? *Não foi feita essa pergunta.*

4) Existem projetos desenvolvidos na comunidade para proporcionar a socialização dos adolescentes em conflito com a lei? Quais? *Existem o pronatec, mas está longe de alcançar os objetivos que nos propomos que é diminuir o número grande de MSE*

5) Você acredita que a forma de cumprimento das medidas é capaz de ressocializar o adolescente em conflito com a lei. *Sim existe uma legislação que está sendo executada com esse fim porém existem muitos enfrentamentos que estamos fazendo para tornar essa realidade mais efetiva.*

6) Qual o papel desenvolvido pelas entidades que recebem os adolescentes para o cumprimento das medidas socioeducativas?

*O papel desenvolvido pelas entidades fica no aspecto de receber os adolescentes para o cumprimento das MSE, nós enviamos os adolescentes com a documentação necessária e eles vão para o cumprimento como você sabe que acontece. Eles, as entidades, não tem muito tempo para os adolescentes.*

## APÊNDICE B

Roteiro para análise dos documentos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e acompanhamento do CREAS.

### 1 Quanto as Expressões da questão social:

- a) Idade do adolescente.
- b) Sexo
- c) Escolaridade.
- d) Profissão.
- e) Tipo de ato praticado.
- f) Já praticou outros atos infracionais.
- g) Se alguém da família já praticou ato infracional.
- h) Inclusão no mundo do trabalho pelo, adolescente, pai, mãe, tia, irmãos, avós e outros componentes familiares: formal ou informal.
- i) Renda pelo trabalho.
- j) Uso de drogas pelo adolescente e família: lícitas ou ilícitas.
- k) Nível de escolaridade.
- l) Se tem grupo de convivência (esporte e outros),
- m) Qual o objetivo desse grupo.

### 2 Quanto ao Perfil socioeconômico

- a) Faixa salarial da família
- b) Tipo de habitação; aluguel, própria, cedida, e outros.
- c) Tipo de casa, esgoto, água, luz, quantas peças, quantos quartos na casa.
- d) Quantas pessoas vivem na casa.
- e) Idade em relação da família com os adolescentes, crianças e adultos.
- f) Acesso a bens como, móveis, carro, moto, bicicleta, televisão cabo ou livre, internet, jornal, revistas, outros meios de comunicação.

### 3 Quanto as Medidas socioeducativas

- a) Qual o tipo de medida
- b) Tempo da medida
- c) Reincidência
- d) Local escolhido para cumprir a medida
- e) Por que a escolha daquele lugar para o cumprimento
- f) Quanto tempo leva em média para cumprir a medida.
- g) Como desempenha a medida? Em relação a aceitação?
- h) Qual o papel da família no desempenho do cumprimento das medidas?

### 3 Quanto as ações de políticas públicas

- a) Antes do ato, como a família e adolescente acessava as políticas públicas?
- b) Após o ato, como a família e adolescente acessa as políticas públicas?
- c) A rede que recebe o adolescente para o cumprimento da medida socioeducativa, como exerce seu papel? (Respondida pela entrevista com a assistente social e questionário utilizado para qualificar o projeto de intervenção executada pela acadêmica)
- d) Entendem o objetivo do programa e os serviços do CREAS.
- e) Entendem a sua responsabilidade em relação ao cumprimento e socialização do adolescente?